



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

MARIA WALDILENE SOUSA CAVALCANTE

**ANÁLISE DO TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE ICÓ-CEARÁ:
CONSTRUÇÃO, RESISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE**

CRATO – CEARÁ
Fevereiro/2023

MARIA WALDILENE SOUSA CAVALCANTE

**ANÁLISE DO TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE ICÓ-CEARÁ:
CONSTRUÇÃO, RESISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER) da Universidade Federal do Cariri – UFCA, como requisito parcial para obtenção de Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável, Área de Concentração. Linha de pesquisa: Saúde, Estado e Sociedade. Sublinha: Geodiversidade, Patrimônio e Sustentabilidade.

Orientação: Prof. Dr. Marcelo Martins de Moura Fé

Coorientação: Profa. Dra. Jeniffer de Nade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
Universidade Federal do Cariri.
Sistema de Bibliotecas.

C3777a Cavalcante, Maria Waldilene Sousa.
Análise do turismo cultural no município de Icó – Ceará: construção, resistência e sustentabilidade / Maria Waldilene Sousa Cavalcante. – 2023.
80 f.: il. color.30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Cariri, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), Crato, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Marcelo Martins de Moura Fé.
Coorientação: Profa. Dra. Jeniffer de Nadea.

1. Cultura. 2. Patrimônio cultural material. 3. Gestão Patrimonial. 4. Políticas Públicas. 5. Desenvolvimento Regional Sustentável. I. Título.

CDD 306.481 9

MARIA WALDILENE SOUSA CAVALCANTE

**ANÁLISE DO TURISMO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE ICÓ-CEARÁ:
CONSTRUÇÃO, RESISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Cariri (UFCA), como requisito parcial para obtenção de Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável

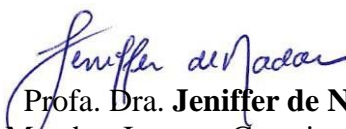
Linha II: Saúde, Estado e Sociedade

Aprovado em: 23 / 02 / 2023

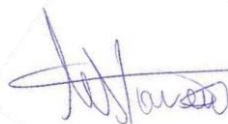
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. **Marcelo Martins de Moura Fé**
Presidente da banca examinadora. Orientador.
Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA)
Universidade Regional do Cariri (URCA)



Profa. Dra. **Jeniffer de Nadea**
Membro Interno. Co-orientadora.
Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA)
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)



Prof. Dr. **Marcelo da Silva Taveira**
Membro Externo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)



Prof. Dr. **Diego Coelho do Nascimento**
Membro Interno Universidade Federal do Cariri (PRODER/UFCA)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Aos meus filhos, Filipe Levi e Luca Emanuel.
Ao meu esposo, Clayton.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos se constituem em um momento muito significativo, compartilham-se realizações e felicidades vividas. Sou grata a Deus, sempre me dando forças para vencer.

Agradeço às pessoas que me acompanham e me apoiam desde o início desta caminhada: meu esposo Clayton, meus filhos Filipe Levy e Luca Emanuel, minha mãe Bia e meu irmão Hithalo e família, estão sempre presentes, grata pela companhia, pelo apoio e pelas palavras de incentivo, pois foram essenciais para continuar lutando e buscando aquilo que sempre foi um sonho meu, conseguir concluir o mestrado.

Agradeço ao meu orientador Dr. Marcelo Martins de Moura Fé, pelas grandes contribuições e momentos de orientação.

À professora Dra. Jennifer, pelo profissionalismo e acolhida, pois nos meus momentos de desespero o “vai dar certo” me direcionava e me fortalecia para continuar avançando.

Como diria Mário Quintana, “Que tristes os caminhos, se não fora a mágica presença das estrelas!”, e foram muitas as estrelas que me disponibilizaram um pouco da sua luz, agradeço a Regivania (Regi), uma amiga que este mestrado me proporcionou conhecer, com quem dividi momentos felizes, em outros nem tantos, mas ela com sua luz, energia e acolhida foi bálsamo para meu coração, obrigada por tudo.

Estendo os meus agradecimentos a todo(a)s o (a)s colegas de trabalho que torceram e contribuíram para que este projeto de mestrado se realizasse, particularmente aos meus amigos docentes professor Antoniel Filho por acreditar em mim mesmo quando um dia pensei que não iria conseguir o tão sonhado mestrado, Emmanuel Pinheiro, Aline Jamilly, Antônio Cicero, Eirilúcia Macêdo, José Evandro pela motivação e amizade.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável que tive a honra de conhecer e ser aluna, obrigada pela partilha na construção do saber científico.

Aos professores da banca de qualificação, Vitória Régia Arrais de Paiva (UFCA) e Marcelo da Silva Taveira (UFRN) pelas leituras sugeridas e contribuições a este estudo.

Agradeço também ao Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS, instituição que estou vinculada e que me oportuniza cada dia crescer como profissional, ao meu coordenador Marcos Jonaty, que me incentiva a dar continuidade à formação acadêmica.

A Claudio Pereira, Renan Moreira e Ariston Gledson (Biro-Biro), Breno Pinheiro, Brenda Pinheiro pela colaboração ao disponibilizar os documentos imprescindíveis para a realização da pesquisa. Aos que partilharam comigo dessa experiência, meus sinceros agradecimentos.

À Adjayne Lino, geógrafa (URCA) e Tiago Carvalho, geógrafo (URCA) e mestrando (Geoceres-UFRN), pela elaboração dos mapas.

Icó... Do sertão linda princesa

Não tenho como falar só do Teatro
Sem expressar um pouco nossa história
Pois perdia a verdadeira intenção
E sem dúvidas ficava aleatória
Me permitam assim poder contar
Como tudo aconteceu até chegar
Nossa secular e rica trajetória.

Reviver um pouco o teu passado
Tempos tristes, mas também de glória
Ó trinentenária e bela Icó
Te trago nos anais da memória
Foi um importante empório sertanejo
Pra muitos, fonte de pesquisa e desejo
Um museu a céu aberto na história.

Nascida as margens do nosso Salgado
Rio perene de um povo gentio
Índios Icós das Nações Cariris
Vivendo da pesca, da caça e plantio
Defendendo o habitat desde sua nascença
Mantinhm a cultura, costumes e crença
Deixando sua marca com força e brio.

Construída por negros, brancos europeus
Porém nossa História ninguém vai roubar
Um Museu Arquitetônico a céu aberto
Contos, causos, lendas, casario secular
Me faz assim teu eterno amante
Guardo-Te na mente e no peito pulsante
E mesmo a após a morte aqui vou morar.

Senhores de engenho, Viscondes, Baronesas
Escravos, Sinhás e Ricos Barões
Ama de Leite, Feitores, Mulatas
Casa Grande, senzalas e imundos porões
Onde uns mandavam, outros atendiam
Atrocidades corriqueiras sempre aconteciam
Sob os chicotes cruéis dos seus capitães.

[...]

Belo Icó, teu legado me fez teu amante
Fazendo-me por tua imensa história viajar
Num sonho tão maravilhoso e inenarrável
Buscando na memória é tão bom partear
Tua história é formidável, teu povo glorioso
Patrimônio Nacional, rico, raro e esplendoroso
Que orgulho meu Icó, poder assim expressar.

(Cláudio Pereira)

RESUMO

O turismo tem se apresentado como um fenômeno social, cultural e econômico, pode atribuir significância social ao patrimônio cultural, fomenta o sentimento de pertencimento e de continuidade histórica, assumindo também a função de atrativo turístico e tornando-se um recurso importante e fundamental para as comunidades locais e para a conservação do patrimônio. Por sua vez, o patrimônio cultural compreende aquilo que é importante para a história de um local e para seus moradores, tornando-se relevante entender a necessidade de preservação ou, até mesmo, de manutenção desse patrimônio para que possa ser passado às gerações futuras. O turismo cultural, em específico, surge como uma das estratégias de desenvolvimento sustentável, compreendendo um conjunto de atividades turísticas relacionadas à vivência de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural de um dado lugar. O município de Icó, situado na região Centro Sul do estado do Ceará, vem recebendo uma atenção particular do segmento turístico pelo seu patrimônio material de valor histórico e cultural, que possui um conjunto arquitetônico e urbanístico tombado em Instância Federal desde 1998. Nessa perspectiva, a partir do seu patrimônio cultural material, construído historicamente e resistindo ao tempo, o município de Icó apresenta potencialidades para promoção do desenvolvimento do turismo cultural, demandando que esse segmento possa ser desenvolvido a partir da perspectiva da sustentabilidade patrimonial. Dessa maneira, emerge o objetivo deste estudo que consiste em analisar o turismo cultural do município de Icó/CE, com ênfase na construção, resistência e sustentabilidade do seu patrimônio cultural material, como forma de fomento do desenvolvimento regional sustentável. A metodologia empregada para o alcance deste objetivo se deu pela conversão de cada objetivo específico em uma pesquisa interdependente. O primeiro artigo foi construído com enfoque no contexto socioeconômico de edificação, permanência e manutenção do patrimônio cultural material do município de Icó/CE, para o desenvolvimento regional sustentável. O segundo artigo foi elaborado evidenciando a realização de um diagnóstico do turismo cultural em Icó, e a sugestão de um plano de ação para potencializar este segmento turístico, visando fomentar o desenvolvimento sustentável local. Pôde-se destacar a necessidade de um plano estratégico mais eficiente em fomento ao desenvolvimento da atividade turística aliada ao patrimônio cultural, assim a necessidade urgente de ampliar e buscar melhorias em que pese a potencialidade do turismo cultural. Com base nos resultados a implementação do BSC no município pode contribuir significativamente para criação de uma cultura de medição e avaliação do desempenho no serviço público, ampliando a visão referente as ações e estratégias da gestão pública no âmbito municipal e estadual para a efetiva políticas públicas referente a atividade turística Desse modo, concluiu-se que o turismo cultural no município de Icó, apesar dos desafios em alguns aspectos, apresenta-se como atividade promissora ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Turismo. Patrimônio cultural material. Gestão Patrimonial. Políticas Públicas. Desenvolvimento Regional Sustentável.

ABSTRACT

Tourism has been presented as a social, cultural and economic phenomenon, it can attribute social significance to cultural heritage, fostering the feeling of belonging and historical continuity, also assuming the role of tourist attraction and, becoming an important and fundamental resource for local communities and heritage conservation. In turn, cultural heritage comprises what is important to the history of a place and its residents, making it relevant to understand the need to preserve or even maintain this heritage so that it can be passed on to future generations. Cultural tourism, in particular, emerges as one of the sustainable development strategies, comprising a set of tourist activities related to the experience of significant elements of the historical and cultural heritage of a given place. The municipality of Icó, located in the Center-South region of the state of Ceará, has been receiving particular attention from the tourist segment for its material heritage of historical and cultural value, which has an architectural and urban complex listed as a Federal Instance since 1998. From this perspective, based on its material cultural heritage, built historically and withstanding time, the municipality of Icó has potential to promote the development of cultural tourism, demanding that this segment be developed from the perspective of heritage sustainability. In this way, the objective of this study emerges, which consists of analyzing cultural tourism in the municipality of Icó/CE, with emphasis on the construction, resistance and sustainability of its material cultural heritage, as a way of promoting sustainable regional development. The methodology used to achieve this objective was due to the conversion of each specific objective into an interdependent and interacting research. The first article was built with a focus on the socioeconomic context of building, permanence and maintenance of the material cultural heritage of the municipality of Icó/CE, for sustainable regional development. The second article was prepared showing the realization of a diagnosis of cultural tourism in Icó, and the suggestion of an action plan to enhance this tourist segment, aiming to promote local sustainable development. It was possible to highlight the need for a more efficient strategic plan to encourage the development of tourist activity combined with cultural heritage, thus the urgent need to expand and seek improvements in spite of the potential of cultural tourism. Based on the results, the implementation of the BSC in the municipality can contribute significantly to the creation of a culture of measuring and evaluating performance in the public service, expanding the vision regarding the actions and strategies of public management at the municipal and state levels for the effective public policies regarding tourist activity. Thus, it was concluded that cultural tourism in the municipality of Icó, despite the deficiency in some aspects, presents itself as a promising activity for sustainable development.

Keywords: Tourism. Material cultural heritage. Asset Management. Public policy. Sustainable Regional Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMICÓ	Associação Filhos e Amigos de Icó
APROARTI	Associação dos Produtores de Artesanato, Gestores Culturais e Artistas de Icó
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BSC	Balanced Scorecard
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CGTT	Plano de Ação Territorial o Comitê Gestor do Turismo do Território
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
COPAM	Coordenadoria do Patrimônio Cultural e Memória
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FECOMERCIO	Federação do Comércio do Estado do Ceará
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
POLI-USP	Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – POLI/USP
PPA	Plano Plurianual
PRODER	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável
PRODETER	Programa de Desenvolvimento Territorial
PROURB	Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará

PROURB	Programa Monumenta e do Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESCO	Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

Figura 1 - Mapa da área de estudo.....	27
Figura 2 - Poligonal do sítio urbano de Icó tombado pelo IPHAN	30

ARTIGO 2

Figura 1 - Mapa da área de estudo.....	47
Figura 2 - Mapa estratégico da Prefeitura Municipal de Icó	63

LISTA DE QUADROS

APRESENTAÇÃO

Quadro 1 - Síntese da Estrutura da Dissertação.....	20
-----------------------------------------------------	----

ARTIGO 1

Quadro 1 - Marcos da decadência socioeconômica do município de Icó.....	33
-------------------------------------------------------------------------	----

ARTIGO 2

Quadro 1 - Cartas patrimoniais e as diretrizes de preservação.	53
Quadro 2 - Perspectiva cidadãos/sociedade.....	64
Quadro 3 - Objetivos estratégicos	65

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 2

Tabela 1 – Estratégias do PPA para o quadriênio 2022/2025 Turismo.....	56
------------------------------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
ARTIGO 1 - PEDRA E CAL: EDIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE ICÓ/CE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	22
1 INTRODUÇÃO.....	23
2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	25
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
3.1 O Patrimônio conta história – edificação e tombamento do patrimônio cultural material	28
3.2 Nos trilhos que não vieram – a decadência socioeconômica do município de Icó.....	31
3.3 Resquícios arquitetônicos: entre o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento.....	33
4 CONCLUSÃO.....	37
AGRADECIMENTOS.....	38
REFERÊNCIAS.....	38
ARTIGO 2 - TURISMO CULTURAL DE ICÓ: DIAGNÓSTICO, PLANO DE AÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO MATERIAL	43
1 INTRODUÇÃO.....	44
2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	46
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	48
3.1 O Turismo cultural do município de Icó e sua ênfase no patrimônio material...	48
3.2 Políticas públicas, legislação associada e gestão patrimonial.....	52
3.3 Plano de ação para o turismo cultural do município de Icó.....	59
4 CONCLUSÃO	66
AGRADECIMENTOS.....	67
REFERÊNCIAS.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
APÊNDICES.....	78

APRESENTAÇÃO

O turismo é um fenômeno que tem alcançado destaque na economia mundial, consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam por um período de tempo seu lugar de residência. O turismo surge de uma prática humana que procura lugares diferentes do habitual, busca por experiências distintas, uma vez que viajar faz parte do nosso mundo complexo e interligado, o turismo é turismo porque o homem resolveu viajar como forma de usufruir o seu tempo livre (PANOSSO NETTO, 2005). Assim, a Organização Mundial de Turismo (OMT) considera o fenômeno como sendo “[...] as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p.38).

Para Beni (2001), é importante refletir sobre a abrangência do fenômeno turístico, pois este precisa ser observado considerando tanto a objetividade do fazer turismo quanto a subjetividade. Conforme o autor, o turismo é um complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde e a que preço. Assim, inspiram fatores de ação pessoal e social contribuindo também para a escolha dos destinos de permanência.

O patrimônio cultural, compreende aquilo que é importante para a história de um lugar e para seus moradores, tem um papel relevante no desenvolvimento sustentável e na adaptabilidade regional. De acordo com Funari e Pelegrini (2006), patrimônio cultural tem características particulares e se constitui um bem apropriado pelo homem.

Nesse sentido, para Castriota (2004), a preservação desse patrimônio torna-se relevante por compreender que são lugares representativos de uma sociedade, e que são constituídas através das relações sociais no interior dessa sociedade. Por isso, preservar o patrimônio significa manter a história viva. Todavia, o tombamento se constitui como o principal instrumento de preservação dos bens materiais, móveis e imóveis, que compõem o patrimônio cultural.

O município de Icó, região centro-sul do Estado do Ceará, tem concentrado no centro histórico da sua sede, um patrimônio material de valor histórico e cultural, com importantes exemplares arquitetônicos e urbanísticos, com aproximadamente 320 imóveis tombados em Instância Federal desde 1998, edificações, que por sua vez são bens culturais, representativos da memória local que fazem parte do patrimônio cultural e estão intrinsecamente relacionados à história e a economia regional, bem como, servem como um elo entre presente e passado (IPHAN, 2022; MAPURUNGA, 2009).

Como primeiro sítio tombado no Ceará, Icó tem em seu patrimônio material, estabelecido no coração do semiárido cearense, uma base para o turismo, utilizando como viés

de desenvolvimento econômico, com imensa representatividade cultural (IPHAN, 2021). A continuidade da preservação desse patrimônio material pode ser relevante para a economia do município, que se apresenta como um polo para o desenvolvimento do turismo cultural (LIMA; SOUSA, 1996). Segundo a OMT (2001), o turismo cultural configura-se como um movimento de indivíduos que envolve motivações culturais na sua essência. Desse modo, a expressão turismo cultural ressalta o papel do turismo como costumes de práticas de condutas, que por meio de artefatos de uma coletividade, transmite conhecimentos e significados podendo ter resultado não apenas de soma, mas de (re)criar ou (re)organizar novos sentidos. Assim, o turismo, desde as experiências e manifestações da cultura contribui para a iminência de novas formas culturais (ROBINSON; SMITH, 2015).

A escolha do conjunto arquitetônico de Icó para objeto deste estudo foi motivada pela potencialidade turística da cidade a partir do seu patrimônio cultural material e por que não dizer também imaterial. Nessa perspectiva, patrimônio material é constituído por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: belas artes, histórico, artes aplicadas e arqueológico, paisagístico e etnográfico. No caso do patrimônio cultural imaterial, compreende as expressões de vida e tradições que indivíduos e comunidades recebem de seus ancestrais, ou seja, refere-se às relações sociais ou simbólicas transmitidas de geração em geração (IPHAN, 2022).

Nesse sentido é importante mencionar o Relatório Brundtland que evidencia o conceito de desenvolvimento sustentável sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND et al., 1987, p. 46). Essa definição realça a perspectivas do cuidado para o uso inteligente dos recursos naturais, contudo, a sustentabilidade não está exclusivamente fundamentada na dimensão ambiental, envolve, conjuntamente, as dimensões sociais e econômicas (ALVES, et al. 2019).

O interesse da autora pelo tema surgiu quando participou do Programa de Alfabetização Solidária pela secretaria de educação no ano de 2002 e 2003, em parceria com a Fundação Edson Queiroz-UNIFOR. Em um curso de capacitação nas áreas de linguagem e cidadania na cidade de Fortaleza, os alunos apresentaram uma peça teatral sobre a história do Teatro Ribeiras dos Icós, é o mais antigo teatro do Ceará construído no século XIX, e que nunca foi inaugurado. Além disso, a vivência no decorrer dos projetos desenvolvidos junto a comunidade acadêmica acentuou ainda mais o interesse da autora pelo tema, uma vez que foram apresentadas no decorrer das aulas as possibilidades de uso deste espaço, bem como os debates inerentes às ações implementadas pelos gestores públicos quanto ao fomento e valorização do

patrimônio arquitetônico tombado nacionalmente.

Nesse contexto, a partir do seu patrimônio cultural material, construído historicamente e resistindo ao tempo, o município de Icó apresenta potencialidades para promoção do desenvolvimento do turismo cultural, demandando que esse segmento possa ser desenvolvido a partir da perspectiva da sustentabilidade patrimonial. Todavia, para assegurar a sustentabilidade do patrimônio em paralelo ao possível crescimento da atividade em Icó, é fundamental desenvolver políticas públicas apropriadas, que fundamentem os seus investimentos no patrimônio cultural e estimulem o desenvolvimento do turismo sustentável na cidade. Desse modo, as políticas precisam de avaliação e monitoramento contínuo, e os indicadores se constituem uma importante ferramenta de gestão ambiental, pública ou privada, à medida que mensura o desenvolvimento, se constituem instrumentos práticos para a gestão (HANAI, 2011).

Entende-se que a prática turística é viável e timidamente já ocorre na cidade de Icó, todavia, são necessárias mais ações de promoção e transformação significativa na área de abrangência que resultem em melhoria da qualidade de vida da população local, possibilitando sua inclusão em atividades econômicas, como o turismo, e aumentando a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural.

Frente ao exposto, buscou-se apresentar a importância da preservação do patrimônio cultural material do município de Icó, tendo em vista o papel patrimonial para a cultura, memórias e tradições dessa importante região do Ceará. Porém, percebe-se que a preservação desse conjunto arquitetônico possa se desenvolver paralelamente com o desenvolvimento sustentável do turismo cultural, cuja sustentabilidade passe pelo proveito econômico, gerando oportunidades e melhoria de vida para a população local. Nesta perspectiva, o estudo também se dá pela importância do fomento e da sustentabilidade do turismo cultural na cidade de Icó, que pode, através da dimensão econômica (tendo em vista que os turistas utilizam os serviços locais, como hospedagem, restaurantes etc.), melhorar indicadores sociais regionais.

Dessa forma, nasce a problemática que impulsiona o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa e faz-se necessário o seguinte questionamento: o turismo cultural no município de Icó considera o modelo (ou a perspectiva) de desenvolvimento sustentável e a valorização do patrimônio cultural material? Em razão disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar o turismo cultural do município de Icó/CE, com ênfase na construção, resistência e sustentabilidade do seu patrimônio cultural material, como forma de fomento do desenvolvimento regional sustentável. A fim de atender esse propósito, a pesquisa se propôs especificamente a reconstituir os processos, agentes e contexto socioeconômico de edificação

e manutenção do patrimônio cultural material do município de Icó/CE; realizar um diagnóstico acerca do turismo cultural no município, considerando suas particularidades, atratividades do patrimônio cultural material, políticas públicas associadas (federal, estadual e municipal), legislação vigente e a participação da iniciativa privada, propondo um plano de ação para potencializar o segmento turístico cultural de Icó. Para elaboração do plano, foi sugerido o Balanced Scorecard (BSC), uma ferramenta de gestão estratégica, permite que haja um alinhamento entre missão, visão e valores, por meio de indicadores que são agrupados em quatro perspectivas que, segundo Niven (2002), na administração pública, são cidadãos, processos internos, aprendizagem e crescimento e orçamento/financeiro.

No que se refere à estrutura da dissertação, está alicerçada nos seus objetivos específicos, que deram origem a dois artigos. Assim, o Artigo 1 aborda a edificação e manutenção do patrimônio cultural material de Icó/CE para o desenvolvimento regional sustentável enquanto que no Artigo 2 discute sobre o turismo cultural de Icó- diagnóstico, plano de ação e sustentabilidade do patrimônio material. Cada objetivo específico gerou um artigo, conforme disposição no **Quadro 1**.

Quadro 1- Síntese da Estrutura da Dissertação

Objetivos Específicos	Artigos
Reconstituir os processos, agentes e contexto socioeconômico de edificação e manutenção do patrimônio cultural material do município de Icó/CE;	Pedra e cal: edificação e manutenção do patrimônio cultural material de Icó/CE para o desenvolvimento regional sustentável.
Realizar um diagnóstico do turismo cultural em Icó, e propor um plano de ação para potencializar o segmento turístico cultural, visando fomentar o desenvolvimento sustentável local, considerando a sustentabilidade do patrimônio cultural material.	Turismo cultural de Icó: diagnóstico, plano de ação e sustentabilidade do patrimônio material.

Elaboração: autora

Espera-se que a leitura destes textos seja produtiva. Todavia o debate no campo patrimonial segue vívido e esta pesquisa traz expressa várias questões relevantes ao turismo cultural e patrimônio cultural material. Portanto, desejo que ao ler seja como uma oportunidade de conhecer mais sobre a cidade, sua riqueza patrimonial e conhecer a história do município por meio de sua identidade cultural que inspira através da representatividade coletiva na individualidade dos cidadãos. Conhecer a origem do lugar, a essência da cultura contribui para a formação da identidade do ser de forma a sentir-se parte do contexto, como uma peça fundamental para a completude.

ARTIGO 1

PEDRA E CAL: EDIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE ICÓ/CE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Maria Waldilene Sousa Cavalcante

Administradora (UniVS). Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER/UFCA). E-mail: waldilene.sousa@aluno.ufca.edu.br

Marcelo Martins de Moura Fé

Geógrafo. Doutor em Geografia (UFC) e Pós-doutor em Geografia (UECE). Professor do Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri (PRODER/ UFCA), Crato/CE. E-mail: marcelo.mourafe@urca.br

Jeniffer de Nadae

Administradora. Doutora em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP. Professora da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). E-mail: jeniffer.nadae@unifei.edu.br

RESUMO

O patrimônio compreende uma herança cultural, um legado passado de geração a geração. A partir da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural passa a ser definido como patrimônio de bens materiais e imateriais, modos de criar, fazer e viver, ou seja, o conjunto de bens e direitos de uma pessoa ou instituição. A preservação desse patrimônio torna-se relevante por compreender que são lugares representativos de uma sociedade e que são constituídas através das relações sociais no interior dessa sociedade. Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar os processos e o contexto socioeconômico de edificação, permanência e manutenção do patrimônio cultural material do município de Icó/CE, para o desenvolvimento regional sustentável. Os métodos de pesquisa foram o levantamento bibliográfico e documental de materiais publicados em periódicos nacionais e internacionais que tratam das temáticas relacionadas nas palavras chave deste artigo, com ênfase em trabalhos que abordem a região estudada, bem como um levantamento cartográfico e iconográfico que posteriormente foram analisados de forma conjunta e sistemática. De acordo com as análises, o sítio tombado pelo IPHAN é um “saldo” de bens arquitetônicos que permaneceram do percurso histórico-arquitetônico do município de Icó, e que tem no patrimônio cultural material um elemento de atratividade para o mercado turístico. Observou-se também que o turismo cultural vinculado ao patrimônio cultural material se apresenta com potencialidades para promoção do desenvolvimento, cabendo aos gestores públicos e agentes turísticos, oportunidades de práticas de responsabilidade para garantia da preservação e conservação das edificações do patrimônio cultural material. Diante da relevância dos bens de valor nacional, os edifícios se caracterizam como formas simbólicas espaciais mais importantes da identidade icoense. Importante refletir, dialogar e repensar não somente quanto a valorização e proteção dos bens tombados na cidade de Icó, mas sobretudo quanto a promoção, a educação de utilização desses bens, usando das bases da sustentabilidade, nos seus três pressupostos básicos com direção para o desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: Turismo Cultural. Patrimônio. Patrimônio Cultural Material. Região Centro-Sul. Desenvolvimento Regional Sustentável.

ABSTRACT

Heritage comprises a cultural heritage, a legacy passed on from generation to generation. From the Federal Constitution of 1988, cultural heritage is defined as patrimony of material and immaterial goods, ways of creating, doing and living, that is, the set of goods and rights of a person or institution. The preservation of this heritage becomes relevant for understanding that they're representative places of a society and that they're constituted through the social relations within that society. Therefore, the objective of this article is to analyze the processes and the socioeconomic context of construction, permanence and maintenance of the material cultural heritage of the municipality of Icó/CE, for sustainable regional development. The research methods were the bibliographic and documental survey of materials published in national and international journals that deal with the themes listed in the keywords of this article, with emphasis on works that address the studied region, as well as a cartographic and iconographic survey, that were later analyzed jointly and systematically. According to the analyses, the site listed by IPHAN is a “balance” of architectural assets that remained from the historical-architectural route of the municipality of Icó, and which has in its material cultural heritage an element of attraction for the tourist market. It was also observed that cultural tourism linked to material cultural heritage presents itself with potential to promote development, with public managers and tourist agents providing opportunities for responsible practices to guarantee the preservation and conservation of buildings of material cultural heritage. Given the relevance of goods of national value, the buildings are characterized as the most important symbolic spatial forms of the *Icoense* identity. It is important to reflect, dialogue and rethink not only about the valorization and protection of listed properties in the city of Icó, but above all about the promotion, education in the use of these goods, using the bases of sustainability, in its three basic assumptions with direction for sustainable regional development.

Keywords: Cultural Tourism. Heritage. Material Cultural Heritage. Center-South Region. Sustainable Regional Development.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, e o primeiro das Américas, estabelece o tombamento de patrimônio como preservação e organização do patrimônio artístico e histórico, definindo, assim, patrimônio cultural como o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país, conforme os quatro Livros do Tombo classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas (BRASIL, 1937; IPHAN, 2022).

A partir da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural passa a ser definido como patrimônio de bens materiais e imateriais, evidenciando assim, os modos de criar, fazer e viver, ou seja, o conjunto de bens e direitos de uma pessoa ou instituição (BRASIL, 1988). Para Choay (2017), patrimônio está ligado às estruturas familiares, jurídicas e econômicas, e também passou a ser compreendido como sendo os sítios arqueológicos, conjuntos de cidades, aglomerados e bairros. Todavia, de acordo com Funari e Pelegrini (2006), patrimônio cultural

tem características particulares e se constitui um bem apropriado pelo homem. Nesse sentido, para Castriota (2004), a preservação desse patrimônio torna-se relevante por compreender que são lugares representativos de uma sociedade, e que são constituídas através das relações sociais no interior dessa sociedade.

O município de Icó, região centro-sul do Estado do Ceará, tem concentrado no centro histórico da sua cidade sede, um patrimônio material de valor histórico e cultural, com importantes exemplares arquitetônicos e urbanísticos, com aproximadamente 320 imóveis tombados em Instância Federal desde 1998 (IPHAN, 2022). Pode-se destacar alguns exemplares que fazem parte da história da cidade e servem como um elo entre presente e passado, tais como o Largo do Theberge e o Teatro Ribeiras dos Icó, que por sua vez, são bens culturais, representativos da memória local e que fazem parte do patrimônio cultural e estão intrinsecamente relacionados à história e à economia regionais (MAPURUNGA, 2009).

Desde o início do seu povoamento em 1682, a pecuária, a cultura algodoeira, a exploração do couro e a produção do charque marcam a atividade econômica de Icó, as quais proporcionaram um período de desenvolvimento socioeconômico ao longo dos séculos XVIII e XIX, as quais, associadas à localização estratégica de Icó no entroncamento das estradas coloniais na região, direcionadas para as rotas das boiadas, compõem um conjunto de fatores importantes que fizeram de Icó o polo comercial centralizador do Ceará Colonial (MAPURUNGA, 2009). Assim, ao longo deste processo e do sucesso comercial, Icó passa a ter um desenho urbano compatível com sua riqueza, ao lado do largo são estabelecidos sobrados com detalhes arquitetônicos de grande expressão no contexto da tradicional cidade, que posteriormente viriam a ser tombados pelo IPHAN, é no entorno desses elementos que se espacializam as principais formas simbólicas e bens patrimoniais da cidade.

O processo de decadência econômica e social da também chamada “cidade dos sobradões” teve início em 1862, com a ocorrência de uma epidemia de cólera, seguida pelas secas de 1877 a 1879 (NASCIMENTO 2002; ALEXANDRE, 2013). Com a construção da Estrada de Ferro desviada para o município vizinho, Iguatu, em 1910, Icó começa a perder definitivamente o papel centralizador dos produtos comercializados, decorrendo no desmoronamento do importante eixo econômico estabelecido com Aracati, no litoral cearense (SENAC, 2009). Assim, a cidade entrou em declínio, jamais recuperando a expressividade econômica. A decadência política e econômica da cidade contribuiu para a preservação de grande parte do valioso acervo arquitetônico e urbanístico, erguido durante o período de crescimento econômico (IPHAN, 2021).

Nesse sentido, Icó tem em seu patrimônio material, estabelecido no coração do semiárido cearense, uma base para o turismo, sendo uma das poucas cidades do interior do Ceará que tem o patrimônio arquitetônico tombado pelo IPHAN, reconhecido nacionalmente desde 1998. A continuidade da preservação desse patrimônio material pode ser relevante para a economia do município, que se apresenta como um polo para o desenvolvimento do turismo cultural (LIMA; SOUSA, 1996).

De maneira geral, o turismo se apresenta como um fenômeno social, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural (BARRETO 2003). Dentre seus segmentos, o turismo cultural pode impulsionar a preservação dos sítios históricos tombados, a partir de ações que sejam desenvolvidas pelo poder público, no âmbito federal, estadual e municipal (IPHAN, 2021), em parceria com outros segmentos da sociedade. Nessa perspectiva, a partir do seu patrimônio cultural material, construído historicamente e resistindo ao tempo, o município de Icó apresenta potencialidades para promoção do desenvolvimento do turismo cultural, demandando que esse segmento possa ser desenvolvido a partir da perspectiva da sustentabilidade patrimonial.

Questionamentos que perpassam esse contexto são: como se deu a construção, a permanência (ou resistência) do patrimônio cultural material de Icó? Como podemos pensar a sustentabilidade desse patrimônio cultural e como promover o desenvolvimento regional sustentável?

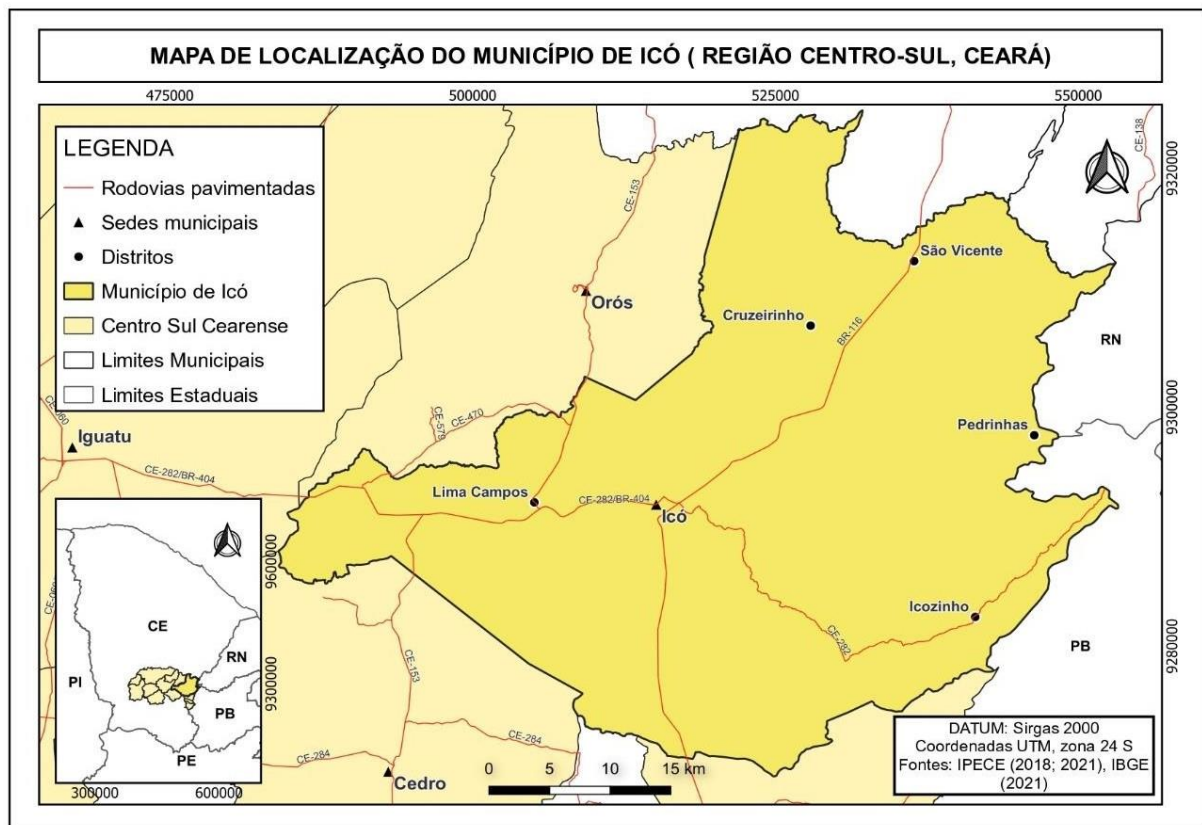
Assim, considerando a importância que o patrimônio cultural material de Icó representa no contexto nacional, seu potencial turístico e de fomento ao desenvolvimento sustentável, bem como, considerando a premissa fundamental de se pensar a sua sustentabilidade, este artigo tem como objetivo analisar os processos e o contexto socioeconômico de edificação, permanência e manutenção do patrimônio cultural material do município de Icó/CE, para o desenvolvimento regional sustentável.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de Estudo

O município de Icó está situado na região Centro-sul do estado do Ceará (**Figura 1**), distante 364,5 km da capital, Fortaleza. A área territorial do município é de 1.865,862 km², com população de 68.303 habitantes, distribuída em cinco distritos: Cruzeirinho, Lima Campos, Pedrinhas, São Vicente e Icozinho (IBGE, 2021; IPHAN, 2021).

Figura 1 – Mapa da área de estudo



Fonte: IBGE (2021); IPECE (2018; 2021). Elaboração: Adjayne Lino e Marcelo Moura Fé (2022).

Sob a perspectiva econômica e social, o município de Icó apresenta indicadores que o colocam em destaque na região centro-sul cearense. O PIB *per capita* alcança o valor de R\$ 9.019,17, enquanto o IDH do município é de 0,606 (IBGE, 2010; 2019). Esses indicadores podem ser influenciados pela atividade turística, uma vez que esta pode se configurar como uma das principais fontes de renda para a localidade (BRASIL, 2022).

Diante dos dados, afirma-se que Icó está entre os 54 municípios brasileiros que utilizam o turismo como estratégia de desenvolvimento econômico, a partir do seu acervo arquitetônico (BRASIL, 2022). O centro histórico da cidade, por exemplo, foi o primeiro sítio tombado no Ceará como Patrimônio Nacional. O município procura preservar esse patrimônio por intermédio da aplicação de legislação específica, como a que está disposta pelo Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937 (PAIVA, 2006; IPHAN, 2019).

Atualmente, Icó está inserido no novo Mapa do Turismo Brasileiro (2022). O estudo tomou como critério de seleção para escolha do município de Icó as evidências do valor histórico reconhecido nacionalmente, com grande representatividade cultural e também por possuir um rico patrimônio cultural, paisagístico, arquitetônico e artístico, que valoriza a identidade cultural local (IPHAN, 2021).

2.2 Roteiro Teórico-metodológico

O roteiro teórico-metodológico desenvolvido para buscar o objetivo deste artigo é de abordagem qualitativa, sendo compartimentado em: (1) embasamento teórico-conceitual, que tratou da análise da literatura científica relacionada às temáticas e à área de estudo; (2) contingente técnico-científico, subdividido em etapas inter-relacionadas de gabinete, campo e laboratório.

Em gabinete realizou-se levantamento bibliográfico e documental de materiais publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros, capítulos e títulos legais relacionados e/ou vigentes no Brasil, Ceará e no município de Icó, que tratam das temáticas relacionadas ao turismo cultural, patrimônio cultural material e desenvolvimento regional sustentável com ênfase em trabalhos que abordagem a região estudada, bem como um levantamento cartográfico e iconográfico. Posteriormente, em gabinete, foram analisados de forma conjunta e sistemática os dados dos levantamentos, dos trabalhos de campo e dos materiais elaborados em laboratório.

Na etapa de levantamento bibliográfico foram consultados periódicos nas áreas de Ciências Ambientais, Administração, História, Geografia, Economia, História, Turismo, Desenvolvimento Regional e áreas afins. As buscas foram feitas por meio dos descritores presentes no título e nas palavras-chave deste artigo, analisadas de forma integrada, com delimitação temporal de 1998 a 2022. Parte dos materiais está disponibilizada em formato impresso (biblioteca e acervos particulares na região estudada) e nas plataformas: Periódicos CAPES, SciELO, Google Scholar, além do Research Gate. A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT) também foi consultada.

A pesquisa de campo ocorreu entre os meses de março, abril e maio de 2022, consistiu no reconhecimento da área de estudo que corresponde ao conjunto urbano de Icó e visita a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo com a finalidade de coletar informações sobre o estado de conservação do patrimônio cultural material de Icó e a existência de instrumentos legais para proteção.

Por sua vez, o levantamento cartográfico se constituiu em dados vetoriais (*shapefiles*) e matriciais (*raster*), mapas temáticos e imagens de satélite, disponíveis em *web sites* de órgãos públicos, discriminados no texto, utilizados para realizar os trabalhos de campo e contribuir na elaboração dos produtos cartográficos e gráficos, em laboratório, bases importantes para a discussão dos resultados.

Em gabinete, por fim, os dados secundários e primários serão analisados de forma conjunta, visando a composição dos resultados e discussões, cuja análise, espera-se, possa

contribuir com respostas aos objetivos específicos e, por conseguinte, ao objetivo principal dessa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O Patrimônio conta história – edificação e tombamento do patrimônio cultural material

O povoado que deu origem à cidade de Icó surgiu da ocupação das sesmarias às margens do rio Salgado, com a instalação de currais de gado e moradias. A origem do topônimo “Icó” deriva-se de tribo Tapuia, da nação Cariri, que habitava as margens do rio Salgado até o rio do Peixe. Após disputas entre sesmeiros, colonizadores e indígenas, houve a “pacificação” pelo Padre João de Matos Serra. Com o fim das lutas, o Arraial cresceu, ao passo que o desenvolvimento é remetido às famílias Fonseca e Montes, que dominavam extensas áreas do território. O arraial foi elevado à categoria de vila, denominada de Arraial da Ribeira dos Icó, sendo regulamentada pela Carta Régia de 20/10/1736, seguindo um conjunto de regras referentes ao traçado urbano, ao tamanho dos lotes e largura dos arruamentos (LIMA; SOUSA, 1996). Vale ressaltar que Icó foi a terceira vila instalada no Ceará e detém um sítio arquitetônico datado do século XVII (IPHAN,2022)

Sua localização se configurou como um ponto estratégico, no cruzamento de três rotas dinâmicas da Capitania do Ceará: (1) o cruzamento da comunicação colonial; (2) a “Estrada Geral do Jaguaribe”, que escoava as boiadas entre as fazendas de gado do sertão do Cariri ao porto de Aracati e (3), o centro de salgagem da carne salgada vinda de Aracati, no litoral. Assim, em meados do século XVIII, devido a sua posição geográfica, Icó alcançou um grande desenvolvimento comercial propiciado pela criação de gado, chegando a suplantando a própria capital da província (LIMA, 1995). Fruto desta prosperidade é, frise-se, o conjunto de sobrados construídos no núcleo histórico da cidade sede.

Até o século XIX, diversos equipamentos urbanos expressivos foram construídos na cidade, como a Igreja do Senhor do Bonfim, em 1749; o Teatro Ribeira Icó, em 1860; o Mercado Público, em 1875, além de casas em estilo barroco, marcada por traços comuns da sociedade brasileira colonial. Durante o século XIX e início do século XX, importantes registros se tornaram uma representação relevante para a compreensão sobre a identidade do lugar (NASCIMENTO, 2003; PEREIRA, 2021).

Vale ressaltar as impressões e registros de George Gardner, feitos em 1836 e 1841, e Francisco Freire Alemão, em 1859 e 1841. Ambos percorreram o interior do Brasil com a finalidade de exploração “dos lugares”. Em 1941, o pintor e fotógrafo João José Rescala, ao

passar por Icó, num trabalho técnico para o IPHAN, que tinha como finalidade específica o levantamento de bens históricos, contribuiu também com os registros para a referência histórica sobre Icó (PEREIRA, 2021).

Nas primeiras décadas do século XX, as explorações passaram a reconhecer as cidades como lugares de memória e representativas da identidade nacional. Neste contexto, a cidade de Icó passou a compor o roteiro de levantamento das cidades históricas, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN).

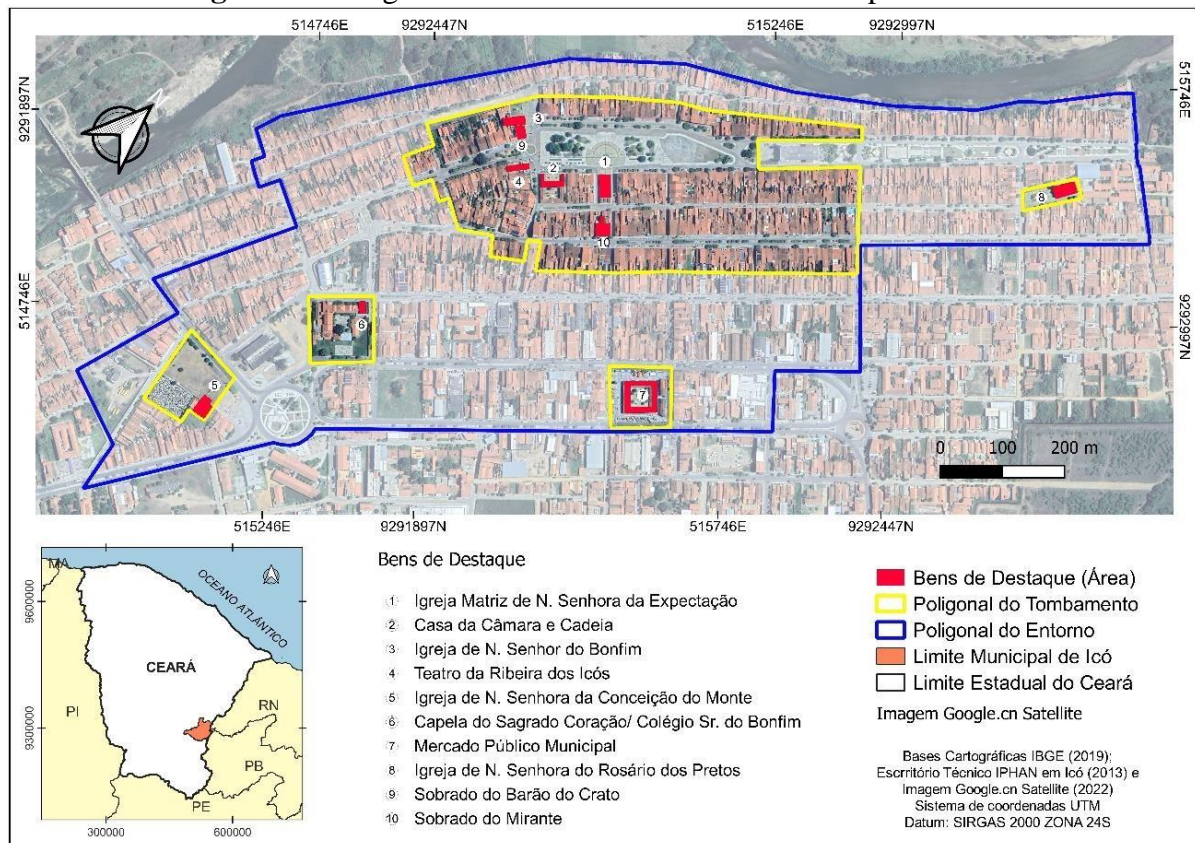
Em 1942 a vila foi elevada à condição de cidade, fato impulsionado por Icó ser um dos centros comerciais e culturais mais importantes do Ceará na época. Nesse período a cidade passava por mudanças nos seus espaços públicos, seguindo um novo plano urbanístico da cidade. Essa reorganização se deu respeitando a Resolução Provincial nº 533 de 1850, com o estabelecimento de um novo perímetro urbano e um código de posturas, que incluía desde o tamanho dos lotes, das portas e janelas, até a altura e largura das edificações (IPHAN, 2021).

Porém com o passar do tempo, as construções feitas foram ocupadas, desocupadas, por vezes, se modificando, se descaracterizando e sofrendo alterações nas estruturas com a “modernização” urbanística e arquitetônica. Com a migração de proprietários para outros lugares, algumas construções sofreram um processo de abandono, de desgaste e, por conseguinte, de desvalorização, sendo que algumas não resistiram ao tempo e à falta de conservação (JUCÁ NETO; ANDRADE; PONTES, 2014) tombando de forma material e literalmente.

Em suma, o conjunto urbano de Icó, que é remanescente desse contexto histórico, reúne diferentes estilos em suas construções, sendo representativo de uma evolução urbanística que se deu entre os séculos XVIII e XIX. As importantes edificações construídas na cidade, época das riquezas coloniais, se tornaram um Sítio Histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O tombamento foi publicado no Diário Oficial da União nº 218, de 11 de novembro de 1997 (BRASIL, 1997). Por sua vez, a Portaria do Ministério da Cultura nº 237, de 10 de julho de 1998, homologa o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na cidade de Icó (BRASIL, 1998). O tombamento alcançou um conjunto arquitetônico e urbanístico que reconhece a concretude das edificações como registros de um passado da história nacional entre os séculos XVIII e XIX, simbolizando o crescimento territorial do Nordeste, sua importância como centro de trocas comerciais, bem como o desenvolvimento da economia baseada na criação de gado bovino e do algodão (BRASIL, 1998).

Nesse contexto, o conjunto tombado é a porção mais relevante do conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó (**Figura 2**). O conjunto é dividido em 5 poligonais, sendo a maior poligonal a área que caracteriza o núcleo urbano primordial da cidade, somado com quadras menores e específicas de edificações “satélites”, que se encontram em áreas de expansão com considerável valor imobiliários, sendo elas: o Mercado Público Municipal, a Capela do Sagrado Coração/Colégio Sr. do Bonfim, a Igreja do Monte e a Igreja do Rosário dos Pretos (BRASIL, 2021).

Figura 2 – Poligonal do sítio urbano de Icó tombado pelo IPHAN



Fonte: IBGE (2019); IPHAN (2013). Elaboração: Tiago Carvalho e Marcelo Moura Fé (2023).

As edificações tombadas estão sob tutela do IPHAN, sob efeito do Decreto-Lei nº 25/1937, mais precisamente, dos artigos 17 e 18. O artigo 17, em específico, estabelece que as coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, bem como ser reparadas, pintadas ou restauradas, sem prévia autorização especial, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. Já o artigo 18 diz que não se poderá, na proximidade da coisa tombada, fazer edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sem prévia autorização, sob pena de ser decretado destruir a obra ou o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (BRASIL, 1937).

O sítio tombado pelo IPHAN é um “saldo” de bens arquitetônicos que permaneceram do percurso histórico-arquitetônico do município de Icó. São sobradões e fachadas em barroco clássico, erguido entre os séculos XVIII e XIX, um verdadeiro patrimônio cultural material do país (IPHAN, 1997). Mas, vale analisar melhor o que ocorreu entre o erguimento e o tombamento dessas construções.

3.2 Nos trilhos que não vieram – a decadência socioeconômica do município de Icó

A cultura algodoeira, ao lado da pecuária, marcou a atividade econômica da cidade de Icó desde o início do seu povoamento. O binômio gado-algodão, ou seja, a exploração do couro e a produção do charque, proporcionaram um período de riqueza socioeconômica nos séculos XVII e XVIII que foi responsável pela expansão do povoamento da província (MAPURUNGA, 2009). No século XIX a produção algodoeira proporcionou, de maneira geral, mudanças nas vilas do sertão nordestino, provocando alterações na cultura e nos espaços físicos, trazendo os costumes e normas dos padrões europeus. Nesse contexto, Icó fica marcado por características comuns da sociedade brasileira colonial (NASCIMENTO, 2002).

No final do século XIX, a cidade começa a entrar em declínio, em decorrência da crise da produção algodoeira, com a ocorrência da epidemia de cólera que atingiu parte da população e, por conseguinte, com a migração da elite da cidade que foi se instalar em Fortaleza e no Crato, região sul do Ceará. A grave seca que assolou a região entre 1877 e 1879 comprometeu de forma significativa as produções de gado e algodão, provocando a morte de toda criação de gado, proporcionando um enfraquecimento do comércio do município de Icó, que perdeu a função de entreposto com Pernambuco, repercutindo profundamente na economia da Província (NASCIMENTO, 2002; ALEXANDRE, 2013).

Neste contexto, outro fato que contribuiu para a decadência econômica foram as pequenas vilas e distritos (Jaguaribe, Iguatu e Orós) que produziam algodão e gado, começaram a apresentar força política ficando independentes da concentração econômica que Icó tinha na atividade da pecuária. Somando a esse contexto, a construção da estrada de ferro e seu desvio para cidade vizinha, Iguatu, foi determinante, por um lado, para o impulso na produção algodoeira de Iguatu, isolando cada vez mais a cidade de Icó colocando-a, assim, em segundo plano na região. Assim, por outro lado, restou a Icó apenas o desejo de que, através dos vagões que não vieram, se tivesse a retomada do desenvolvimento comercial de que fora detentora durante tanto tempo, deixando Icó apenas com o sonho de ver o trem cruzar suas ruas (LIMA, SOUSA, 1996; NASCIMENTO, 2002).

Assim, se as estradas de boiadas proporcionaram a prosperidade, o traçado de outra estrada, a estrada de ferro, do início do século XX, decretou o fim das esperanças de retorno aos dias gloriosos de prosperidade comercial, fazendo Icó perder definitivamente o papel de coletar e também de distribuir em imensas áreas do sul do Ceará e regiões limítrofes dos estados vizinhos, desmoronando de vez o importante eixo econômico Aracati-Icó, montado no período colonial. Assim, a cidade de Icó passa por um processo de decadência econômica perdurando por todo o século XX (MONUMENTA, 2008).

Em síntese, na transição do século XIX para o século XX Icó deixa de ser uma cidade com a expressiva importância econômica e política vivenciada nas décadas anteriores. Dos anos de fartura e abundância de Icó restaram histórias, lendas e um visual arquitetônico colonial digno de tombamento nacional (IPHAN, 2021).

Após esse declínio o território passa por um processo de estagnação, num contexto de crises socioeconômicas intercaladas por períodos de desenvolvimento, cujo saldo permitiu à cidade começar a se revitalizar, com políticas de desenvolvimento urbano fomentadas pela chegada de grandes comerciantes. Tal quadro influenciou sua arquitetura, fazendo surgir as primeiras construções com elementos do estilo eclético. Icó se torna um ponto de ligação entre o sul e o norte do estado nos anos 1930 e 1940, com a popularização do automóvel e a abertura de estradas de rodagem, se integrando ao circuito rodoviário com a construção da ponte Piquet Carneiro sobre o Rio Salgado (MAPURUNGA, 2009; IPHAN, 2022).

Icó é uma região que predomina um clima local semiárido e a construção do açude de Lima Campos em 1932 surgiu na tentativa de minimizar os efeitos das estiagens. A cidade foi contemplada com obras do governo através da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, posteriormente Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), mas o projeto de produção agropecuária, não atingiu os objetivos de gerar trabalho e renda para as famílias, se tornando mais um caso de abandono (LIMA, 2018).

A maior intervenção arquitetônica realizada na cidade no século XX, foi a construção da Nova Igreja do Senhor do Bonfim, iniciada nos anos 1950 e concluída apenas nos anos 1990, alterando a configuração do espaço mais marcante de Icó, a grande esplanada da rua Dr. Inácio Dias, anteriormente chamado de rua Larga, hoje bastante conhecida como Largo do Theberge, que ia desde a Casa de Câmara e Cadeia até as proximidades da Igreja do Rosário (IPHAN, 2022). Portanto, através do seu conjunto arquitetônico e urbanístico reconhecido como patrimônio cultural, com suas ruas, praças e igrejas, Icó torna-se um lugar de memórias consequentemente um importante acervo identitário presente na cidade sede, retratado através da sua história apresentada no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Marcos do declínio socioeconômica do município de Icó

PERÍODO	PROCESSOS	CONSEQUÊNCIAS
XVII-XVIII	Exploração do couro e a produção do charque, com base no binômio gado-algodão.	Responsável pela formação e crescimento urbano da vila proporcionando desenvolvimento socioeconômico.
XIX	Produção algodoeira ocasiona mudanças nas vilas do sertão nordestino.	Alterações na cultura e nos espaços físicos por meio dos costumes referente aos padrões europeus.
XIX	Crise da produção algodoeira e a epidemia de cólera	A cidade começou enfrentar um processo de decadência
XIX (1877 a 1879)	Grande Seca	Provocou a morte de toda criação de gado, proporcionando um declínio do comércio e consequentemente perde a função de entreposto com o Pernambuco repercutindo profundamente na economia da Província.
XX	Construção da Estrada de Ferro de Baturité.	Perda de sua função de centro distribuidor e coletor dos produtos comercializados.
XX	Construção Açude Lima Campos.	Minimizar o problema da seca e proporcionar trabalho e renda para as famílias
XX	Abertura de estradas de rodagem com a construção da ponte Piquet Carneiro, sobre o Rio Salgado.	Integração ao circuito rodoviário, tornando um ponto de ligação entre o sul e o norte do estado.
XX	Construção da Nova Igreja do Senhor do Bonfim	Alteração da configuração do espaço na grande esplanada da Rua Dr. Inácio Dias, anteriormente chamado de Rua Larga, hoje conhecida como Largo do Theberge.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração: autores (2022).

Como o conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó, tombado pelo IPHAN, construído ao longo do tempo e resiliente do processo de decadência tem sido mantido? De que forma vem sendo usado?

3.3 Resquícios arquitetônicos: entre o patrimônio, o turismo e o desenvolvimento

O patrimônio cultural, compreende aquilo que é importante para a história de um local e para seus moradores, tornando-se relevante o entendimento da necessidade de preservação ou até mesmo de manutenção desse patrimônio para que possa ser passado às gerações futuras (IPHAN, 2022). Por isso, preservar o patrimônio significa manter a história viva. Dessa forma, o tombamento é o principal instrumento de preservação dos bens materiais, móveis e imóveis, que compõem o patrimônio cultural, sendo a forma mais antiga e consolidada de preservação. É um ato administrativo que pode ser feito pela União, por intermédio do IPHAN, pelo Governo Estadual, por meio da Coordenadoria do Patrimônio Cultural e Memória (COPAM), que é ligado à Secretaria da Cultura do Ceará, e pelo Poder Público Municipal com aplicação de

legislação específica, tendo como objetivo de preservar, bens de valor cultural, histórico, arquitetônico, ambiental e fraterno para a comunidade, impedindo que sejam modificados ou até mesmo destruídos (IPHAN, 2022).

Icó vem recebendo uma atenção particular do segmento turístico por dispor desse patrimônio material, de valor histórico reconhecido nacionalmente, com grande representatividade cultural e também por possuir um rico patrimônio cultural, paisagístico, arquitetônico e artístico, que valoriza a identidade cultural (IPHAN, 2022).

Com mais de 300 anos de história, Icó herdou um legado patrimonial material, o conjunto arquitetônico urbanístico, que se apresenta como uma das principais potencialidades turísticas. Entre as praças e monumentos que relembram o passado da cidade, existem exemplares desse patrimônio cultural material, o Largo do Theberge, com cerca de mil metros de comprimento e cem metros de largura, circundado por igrejas coloniais, sobrados, prédios históricos e casas populares, que datam do período do Império. O Teatro Ribeiras dos Icós, por sua vez, se apresenta como um símbolo da realidade socioeconômica de Icó em meados do século XIX, um edifício de características neoclássicas, considerado o teatro mais antigo do Ceará ainda em funcionamento, e um dos teatros municipais mais antigos do Brasil (MAPURUNGA, 2009; SECULTICO, 2021).

Todo esse patrimônio abrange uma diversidade em que estão presentes características da cultura sertaneja. Para consolidar o patrimônio como recurso turístico, o município instituiu o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) através da Lei nº 867, de 21 de agosto de 2013, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo, responsável pela coordenação da Política Municipal de Turismo, com objetivo de promover e gerir o desenvolvimento do turismo e estabelecer as diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada (ICÓ, 2013).

O turismo cultural vincula-se ao patrimônio cultural que ganha notoriedade na cidade de Icó, detentora de um patrimônio histórico e arquitetônico tombado pelo IPHAN, através do seu centro histórico, que também tem relevância como atrativo de valor imaterial. Para Ramos e Costa (2017) o turismo é visto como um agente que instiga o desenvolvimento de forma transversal, além de impulsionar o processo evolutivo das pessoas. Assim, o patrimônio se torna um elemento de atratividade para o mercado turístico, mas ele antes de tudo deve ser símbolo da identidade de um lugar.

O Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025 de Icó apresenta o turismo como uma das fontes de renda, destacando o sítio histórico barroco oriundo do ciclo do charque e carne-

seca. Uma vez que o desenvolvimento do turismo também aponta para a valorização da cultura local e regional (ICÓ, 2021).

O turismo também pode configurar uma ferramenta de reforço ao patrimônio, uma vez que existe a probabilidade de um número maior de pessoas criarem vínculos afetivos com determinada paisagem ou bem patrimonial. Contudo, é importante pensar o fomento e sustentabilidade do turismo cultural no município, na cidade e na zona rural de Icó, que pode, através da dimensão econômica (tendo em vista que os turistas utilizam os serviços locais, como hospedagem, restaurantes etc.), melhorar indicadores sociais regionais.

Neste sentido, vale salientar as ações do programa Monumenta que contribuiu com a recuperação de parte do patrimônio edificado. O Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará (PROURB) também realizou obras de restauração no município, propondo ações de fomento a promoção do turismo e o desenvolvimento sustentável (IPHAN, 2008), visando ações na estruturação urbana e conservação e preservação das peças do patrimônio cultural de Icó.

Faz parte também da elaboração da política de preservação o do patrimônio cultural de Icó o Programa de Desenvolvimento Territorial (PRODETER) do Banco do Nordeste, que desenvolverá um plano de trabalho (2021-2024) com foco na cadeia produtiva do turismo, visando desenvolver estratégias para o turismo patrimonial, cultural, religioso e rural do município. Faz parte do Plano de Ação Territorial o Comitê Gestor do Turismo do Território (CGTT) Centro Sul Cearense e Vale do Salgado, que tem como municípios participantes: Icó, Iguatu, Jucás e Orós. São integrantes do CGTT representantes do BNB – Superintendência Estadual do Ceará, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), da Federação do Comércio do Estado do Ceará (FECOMERCIO), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), da Agência de Desenvolvimento do Estado de Ceará (ADECE), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) (BNB, 2021; CGT, 2022).

A valorização do patrimônio cultural já constituído, localizado no conjunto arquitetônico de Icó, também está contemplado com o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Icó que através dos recursos financeiros objetiva a preservação dos equipamentos (BNB, 2021). Nesse contexto, as ações e políticas públicas precisam, necessariamente, da participação da sociedade, em seus mais diversos segmentos associados, sendo necessário o conhecimento do que representa o processo de tombamento. As práticas devem estar direcionadas para a atuação, para a salvaguarda e para a valorização dos

bens culturais, sensibilizando a sociedade quanto a valorização do patrimônio cultural, o usufruto pela população e, por conseguinte pelos turistas, assim, norteadas pela urgência da sustentabilidade, pensando nas próximas gerações. Uma vez que as principais ações e políticas de turismo e de cultura perpassam os órgãos de preservação, cabendo aos gestores a necessidade de instalar serviços de qualidade em parceria com o setor privado, com intuito também de zelar pela manutenção dos espaços públicos.

No que tange a utilização e preservação dos prédios históricos de Icó, quatro dos bens patrimoniais tombados tem como funcionalidade sediar algumas secretarias e escolas de arte e cultura no município. Na Casa de Cultura Sobrado Mariinha Graça, histórico do século XIX, funciona a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo, o escritório do IPHAN e a sala do Empreendedor além das realizações de ações culturais. No Sobrado Canela Preta funciona a escola de artes, que oportuniza diversas crianças e adolescentes aprenderem diferentes segmentos culturais como canto, dança e aulas com variados instrumentos musicais (ICÓ, 2022).

A Casa de Câmara e Cadeia / Centro Cultural Aldo Marcozzi Monteiro tem sua funcionalidade como centro cultural, onde diversos eventos que fazem parte do calendário cultural do município são realizados, futuramente sediará o Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e também servirá como local de exposição de pinturas e artesanatos dentre outros. Por sua vez, o Teatro Ribeira dos Icó's serve para apresentações de peças teatrais, cursos e palestras. Além dos prédios de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo, onde existem outras construções tombadas que pertencem à administração municipal, mas sua gerência, preservação e manutenção ficam sob coordenação de cada gestor de sua referida pasta (ICÓ, 2022).

Mesmo com um patrimônio tão relevante, de reconhecimento nacional, o setor privado demonstra pouco interesse para investir, pois a localização não é tão interessante como as dos principais centros econômicos do estado como de Sobral e Aracati. Mas o reconhecimento da importância histórica do sítio tombado de Icó, ou seja, a valorização do patrimônio cultural pode se constituir em uma alternativa para o desenvolvimento do turismo local e até regional (BRASIL, 2005). Assim, é necessário ter planejamento de gestão desses espaços para preservação e promoção, uma vez que as políticas públicas precisam de estratégias de inclusão, integração e compartilhamento, tendo como foco a população, provocando na comunidade o desejo em conservar e manter viva a memória. Por isso, se faz necessário compreender de que forma os prédios estão sendo utilizados, se as atividades ali desempenhadas cooperam para a preservação ou não do bem, como incide diretamente na valorização, na salvaguarda e na

comunicação para a comunidade de entorno, para os grupos sociais que residem na periferia desse cinturão tombado.

Porém, mesmo com um plano territorial em construção, percebe-se a urgência de colocar em prática o plano turístico com diretrizes ao desenvolvimento do turismo na cidade, uma vez que o usufruto e o acesso a todo esse bem cultural, depende das ações contínuas de preservação, salvaguarda e promoção desse bem, sendo essencial um diálogo entre os órgãos públicos responsáveis pelo tombamento e salvaguarda dos bens culturais e as instituições de turismo. Usando das bases da sustentabilidade, nos seus três pressupostos básicos; trabalhar inclusa a sustentabilidade econômica, promovendo eventos, exposição artísticas, materiais históricos, tornando o patrimônio material e imaterial mais conhecido pela sociedade civil, pelos turistas e residentes.

Importante refletir, dialogar e repensar não somente quanto a valorização e proteção dos bens tombados na cidade de Icó, mas sobretudo quanto a promoção, a educação de utilização desses bens. Enquanto que na plataforma virtual encontra-se o número aproximado de 320 imóveis protegidos, num documento educativo têm-se a informação de 420, o que se pode concluir que, ou há um somatório incluindo-se bens tombados em outras instâncias estaduais e municipais, ou é realmente um equívoco em relação ao fornecimento de informação.

4 CONCLUSÃO

A responsabilidade de conservação e manutenção das edificações de Icó cabem ao IPHAN e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo. O tombamento dos prédios faz parte do processo de construção da identidade da comunidade local, preservando um conjunto de elementos de relevância histórica e cultural. No que se refere ao patrimônio cultural edificado da cidade, os edifícios representam as formas simbólicas espaciais mais importantes da identidade icoense, e representam bens de valor nacional.

O patrimônio cultural material de Icó, é um elemento de atratividade para o mercado turístico, mesmo com um patrimônio tão relevante, ainda não se efetivou um plano estratégico em fomento ao desenvolvimento da atividade turística aliada ao patrimônio cultural, dessa forma, é necessário ações e estratégias da gestão pública no âmbito municipal e estadual para potencialização da atividade turística. Mesmo com alguns projetos de valorização ao patrimônio tombado de valor histórico e cultural de Icó em articulação, ainda se tornam incipiente para otimização do turismo. Uma vez que se faz necessário serviços de qualidade e estrutura no segmento do turismo que potencializem a permanência dos turistas na cidade.

Desse modo, espera-se que esta pesquisa, possa contribuir na reflexão sobre a importância da manutenção do patrimônio cultural material de Icó, assim também sensibilizar e despertar a comunidade local e a gestão pública, quanto a relevância do turismo cultural como alternativa de desenvolvimento econômico do turismo local até mesmo regional.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à geógrafa Adjayne Lino pela elaboração do mapa de localização; ao geógrafo Tiago Carvalho pelo mapa do sítio histórico de Icó, ao sr. Cláudio Pereira, coordenador de Cultura e Turismo de Icó, ao sr. Renan Moreira da Costa, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico, Cultural e Turismo de Icó, e ao professor Ariston Gledson (Biro-Biro), pela cessão de documentos.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, J. F. O monstro cruel devorou centenas: o cólera e o medo na cidade de Crato, Ceará (1862). **Revista de História da UESPI**, v. 2, n. 1, p. 5-20, 2013. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/3/3> Acesso em: 26 fev. 2022.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (PRODETER). **Potencialidades comum a todos os municípios**. Iguatu, nº 1. nov, 2021.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2003.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Programa Monumenta Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, v. 1, 2005. 456 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec3_SitiosHistoricos_m.pdf Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24> Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Portal IPHAN. Secretaria Especial da Cultura Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. **Diário Oficial da União- Seção 1**. Portaria Nº 474, de 9 de agosto de 2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_211_de_8_de_agosto_de_2019_.pdf. Acesso em 12 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto Lei 25 (1937)**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e

artístico nacional. Brasília, DF. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto%20no%2025%20de%2030%20de%20novembro%20de%201937.pdf) Acesso em 02 ago. 2022.

BRASIL. **Conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó: normas para preservação.**

Fortaleza: IPHAN, 2021.78 p.

<https://www.gov.br/iphan/ptbr/assuntos/noticias/CartilhaConjuntoArquitetnicoeUrbansticodeIcVersoDigital02.pdf> Acesso em: 06 abr. 2022.

BRASIL. Mapa Ministério do turismo. **Programa de Regionalização do turismo.**

Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home> Acesso em: 12 abr. 2022

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022.**

<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf> Acesso em: 17 mai. 2022

BRASIL. **Diário Oficial da União.** 218, de 11 de novembro de 1997, p. 23.963. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1997/11/11> Acesso em:11 ago.2022.

CASTRIOTA, L. B. Patrimônio: conceito e perspectiva. In: BESSA, A. S. M. (Coord.).

Preservação do patrimônio cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro. p. 10-12. Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.

Comitê Gestor do Turismo do Território Centro Sul Cearense e Vale do Salgado (CGTT).

Plano de Ação Territorial – Icó, Iguatu, Jucás, Orós. Cidade Icó, 2022, n. 1, Acesso em: 03 out. 2022.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade; Ed. Unesp, 2017.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural.** Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2006

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População.** 2018. Disponível

<https://cidades.ibge.gov.br/?codmun=230540> Acesso em: 09 jul. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bases cartográficas contínuas.** 2019.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas.html>. Acesso em: 04 nov. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Fotos. 2021.**

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ico/historico> Acesso em: 19 jul. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Organização do território – malhas territoriais.** 2021. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-doterritorio/malhas-territoriais/15774malhas.html?=&t=downloads> Acesso em: 02 mai. 2022.

ICÓ (Ceará). Prefeitura Municipal de Icó. **Decreto-Lei** nº 1.093/2021. Plano Plurianual de Governo do Município de Icó. Icó, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/PPA%20-%20PLANO%20PLURIANUAL QUADRIENAL 2022 0000001.pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/PPA%20-%20PLANO%20PLURIANUAL%20QUADRIENAL%202022%200000001.pdf). Acesso em: 28. set. 2022.

ICÓ (Ceará). Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo. **Planejamento Estratégico para o Turismo** (2021-2024). Icó Ceará.

ICÓ (Ceará). Prefeitura Municipal de Icó. Decreto-Lei nº 1.093/2021. Plano Plurianual de Governo do Município de Icó. Icó, 2021. Disponível em: [https://www.ico.ce.gov.br/arquivos/1478/PPA%20-%20PLANO%20PLURIANUAL QUADRIENAL 2022 0000001.pdf](https://www.ico.ce.gov.br/arquivos/1478/PPA%20-%20PLANO%20PLURIANUAL%20QUADRIENAL%202022%200000001.pdf) Acesso em: 29. set. 2022

ICÓ (Ceará). Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo. Utilização e Preservação dos Prédios Históricos Icó. Documento Interno 001/2022. 06.Out. 2022 Icó-Ceará.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Icó setorização**. Escritório Técnico de Icó Superintendência do IPHAN/CE. 2013.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Icó Normas para preservação. Fortaleza, IPHAN, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/CartilhaConjuntoArquitetnicoeUrbansticodeIcVersoDigital02.pdf> Acesso em: 15 set. 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Série Preservação e Desenvolvimento Monumenta. **Ribeira dos Icós**, 2008. Brasília, DF. Acesso em 29 set. 2022. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Ribeira_dos_Icos.pdf

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Atlas**. 2018. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/> Acesso em: 04 mai. 2022.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Limites municipais**. 2021. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/limites-municipais/> Acesso em: 04 fev. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Estudo para tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó - Ceará**. Fortaleza, 1997. 3 v. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/CartilhaConjuntoArquitetnicoeUrbansticodeIcVersoDigital02.pdf> Acesso em: 18 mai. 2022

JUCÁ NETO, C. R.; ANDRADE, M. J. F. S.; PONTES, A. F. A Fixação da Igreja no Território Cearense Durante o Século XVIII: algumas notas. **Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo**, v. 13, p. 27-35, 2014.

LIMA, I. S.; SOUSA, M. E. **Princesa dos sertões**. Fortaleza: Tropical, 1996.

LIMA, M. P.. **Icó em fatos e memória**. Icó: 1995, vol. I e II.

LIMA, A.M. **A geografia histórica do Iguatu-CE: uma análise da cultura algodoeira de 1920 a 1980**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011, 213p.

MAPURUNGA, J. (Org.). **Bem-vindo ao Reino do Louro e da Peixada: Icó Patrimônio Nacional**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MONUMENTA. Série preservação e desenvolvimento. **Ribeira dos Icós, Icó-Ce**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

NASCIMENTO, J. C. **Uma princesa “tombada” às margens do rio Salgado: dinâmica urbana e ações preservacionistas na cidade de Icó-CE**. 2002. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11649> Acesso em: 20 fev. 2022.

PAIVA, O. G. (Coord.). **Icó: patrimônio de todos**. Roteiro para a preservação do Patrimônio Cultural. 2 ed., Fortaleza: IPHAN, 2006.

PASSOS, E.; BARROS, R. D. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

PELEGRINE, S. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 115-140, jan./jun. 2006.

PEREIRA, A. J. L. **Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação**. Dissertação- Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri. Crato, 2021.

RAMOS, D. M.; COSTA, C. M. Turismo: tendências de evolução. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 10, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2017.

ARTIGO 2

TURISMO CULTURAL DE ICÓ: DIAGNÓSTICO, PLANO DE AÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO MATERIAL

Maria Waldilene Sousa Cavalcante

Administradora (UniVS), Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER/UFCA).

E-mail: waldilene.sousa@aluno.ufca.edu.br

Marcelo Martins de Moura Fé

Geógrafo. Doutorado em Geografia (UFC). Professor do Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri (PRODER/ UFCA),

Crato/CE. E-mail: marcelo.mourafe@urca.br

Jeniffer de Nadae

Administradora. Doutora em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP. Professora da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). E-mail: jeniffer.nadae@unifei.edu.br

RESUMO

O turismo está relacionado ao deslocamento de pessoas para lugares além do seu entorno habitual, caracterizado como um fenômeno social, cultural e econômico importante para as comunidades locais e para a conservação do patrimônio. O turismo apresenta-se como uma força propulsora de crescimento e desenvolvimento econômico, ganhando mais evidência após ser integrado pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030, junto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com o desenvolvimento social, o turismo cultural, em específico, se efetivou como um elemento importante no crescimento regional, a partir do envolvimento de comunidades, suas histórias, memória social e atrativos culturais, contribuindo para a ampliação das estratégias de desenvolvimento sustentável. Patrimônio cultural, por sua vez, é o conjunto de manifestações formado dos saberes, fazeres, expressões, práticas e produtos, se constituindo no diálogo da comunidade com seu território, por bens simbólicos que remetem a pessoa ao seu passado, isto é, a tudo que lhe é atribuído enquanto legado de sua cultura. A cidade de Icó, na região centro-sul do Ceará, é um patrimônio cultural nacional tombado, justificado por seu acervo material de valor histórico e cultural, apresentando potencialidades para promoção do desenvolvimento do turismo cultural, demandando que esse segmento possa ser desenvolvido a partir da perspectiva da sustentabilidade patrimonial. Nesse contexto, o objetivo desse manuscrito é realizar um diagnóstico do turismo cultural em Icó e propor um plano de ação para potencializar este segmento turístico, visando fomentar o desenvolvimento sustentável local. O roteiro metodológico tem uma abordagem qualitativa, de natureza básica, e caráter exploratório-descritivo. Em gabinete realizou-se levantamento bibliográfico e documental de materiais publicados relacionados ao turismo, patrimônio cultural, políticas desenvolvimento sustentável, bem como um levantamento cartográfico e iconográfico. Foram realizados trabalhos de campo e etapas em laboratório, com elaboração de mapeamento digital. Como resultados, este trabalho busca compreender a importância do turismo cultural, com ênfase no seu patrimônio material, de modo a contribuir com as discussões acerca do conceito, das abordagens metodológicas e de suas possíveis aplicações na construção de estratégias sustentáveis de uso do patrimônio cultural material de Icó.

Palavras-chave: Patrimônio. Turismo. Gestão Patrimonial. Políticas Públicas. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

Tourism is related to the displacement of people to places beyond their usual surroundings, characterized as an important social, cultural and economic phenomenon for local communities and for the conservation of heritage. Tourism presents itself as a driving force for economic growth and development, gaining more evidence after being integrated by the United Nations (UN) in the 2030 Agenda, along with the Sustainable Development Goals (SDGs). With social development, the cultural tourism, in particular, became an important element in regional growth, based on the involvement of communities, their histories, social memory and cultural attractions, contributing to the expansion of sustainable development strategies. Cultural heritage, in turn, is the set of manifestations made up of knowledge, actions, expressions, practices and products, constituting itself in the dialogue of the community with its territory, through symbolic goods that refer the person to its past, that is, to everything attributed to him as a legacy of his culture. The city of *Icó*, in the south-central region of *Ceará*, is a listed national cultural heritage, justified by its material collection of historical and cultural value, presenting potential for promoting the development of cultural tourism, demanding that this segment can be developed from the perspective of heritage sustainability. In this context, the objective of this manuscript is to carry out a diagnosis of cultural tourism in *Icó* and propose an action plan to enhance this tourist segment, aiming to promote local sustainable development. The methodological script has a qualitative approach, of a basic nature, and an exploratory-descriptive character. A bibliographic and documentary survey of published materials related to tourism, cultural heritage, sustainable development policies was carried out in the office, as well as a cartographic and iconographic survey. Field work and laboratory stages were carried out, with the elaboration of digital mapping. As a result, this work seeks to understand the importance of cultural tourism, with emphasis on its material heritage, in order to contribute to discussions about the concept, methodological approaches and its possible applications in the construction of sustainable strategies for the use of material cultural heritage from *Icó*.

Key-words: Patrimony. Tourism. Asset Management. Public policy. Sustainable development

1 INTRODUÇÃO

O turismo se apresenta como um fenômeno social, cultural e econômico, relacionado ao deslocamento de pessoas para lugares fora do seu entorno habitual, sendo um recurso importante para as comunidades locais e para a conservação do patrimônio. No contexto mundial é uma das atividades econômicas mais significativas, ganhando mais evidência depois que a Organização das Nações Unidas (ONU) integrou a atividade na Agenda 2030, junto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015; OMT, 2020).

Neste sentido, o turismo é uma atividade que instiga o desenvolvimento de forma transversal, configurando-se como uma força propulsora de crescimento, capaz de gerar renda para as regiões que possuem atrativos turísticos, além de impulsionar o processo evolutivo das pessoas, logo, há a necessidade de uma reflexão sobre os processos de desenvolvimento que a atividade produz sobre estes locais, não apenas no que tange ao aspecto econômico, mas

considerando também aspectos sociais, culturais e sustentáveis advindos da atividade, bem como a interação entre comunidade e turistas (CHOAY, 2006; BRASIL, 2010).

Considerando a amplitude de contextos de sua aplicação, o turismo apresenta uma segmentação, que pode ser classificada como uma estratégia de ordenamento da atividade, com fins de planejamento e gestão na segmentação do mercado, fundamentado na divisão da demanda ou da oferta. Dentre os segmentos turísticos estão o turismo esportivo, social, rural, o ecoturismo, geoturismo, o turismo cultural, sustentável, de sol e praia, dentre outros (BRASIL, 2006).

O turismo cultural, em específico, teve origem no *Grand Tour*, no século XVIII, um fenômeno social típico da cultura europeia, caracterizada pelas viagens aristocráticas pelo continente europeu, formado de grupo de turistas seletivos, propiciando-lhes conhecimento e experiência caracterizada pelo contato com culturas diversas, considerado assim, uma das primeiras formas de turismo (SALGUEIRO, 2002; BARRETO, 2007). Vale a ressalva de Funari e Pinsky (2005), de que todas as práticas do homem fazem parte da cultura, logo, a cultura não se limita ao conhecimento formal, assim, todo turismo seria cultural.

O turismo cultural efetiva-se como um importante elemento para o desenvolvimento de uma região, promovendo o envolvimento das comunidades com sua história, sua memória social e seus atrativos culturais, compreendendo o conjunto de atividades turísticas relacionadas à vivência de elementos do patrimônio histórico e cultural de um dado lugar, buscando ampliar estratégias de desenvolvimento sustentável. Assim, o turismo cultural promove a procura de experiências e o respeito por patrimônios locais (PRADA-TRIGO et al., 2018).

Nesse sentido, esse segmento turístico alcança um conjunto de componentes com significações relevantes para o patrimônio cultural e histórico, podendo verificar a existência de atividades envolvendo o turismo, juntamente com as vivências desses elementos, assim, impulsionando e evidenciando os bens imateriais e materiais da cultura (BRASIL, 2010; OMT, 2017). No tocante ao patrimônio, como aponta Paes (2010), envolve herança e propriedade, traz o sentido de pertencimento, de construção e afirmação de identidade ao se referir ao legado do passado.

Vale ressaltar que, conceitualmente, o patrimônio cultural compreende o conjunto de manifestações formado dos saberes, fazeres, expressões, práticas e produtos, se constitui no diálogo da comunidade com seu território, por bens simbólicos que remetem a pessoa ao seu passado, isto é, a tudo que lhe é atribuído enquanto legado de sua cultura (BARRETTO, 2004; PEREGRINI, 2006; VOGT, 2008). Nesse sentido, os elementos da cultura local podem se configurar como atrativos turísticos e fomentar o desenvolvimento das comunidades no que

tange à melhoria da qualidade de vida, emprego, preservação do meio ambiente e o respeito à diversidade (BRASIL, 2010).

A cidade de Icó, apresenta potencialidades para promoção do desenvolvimento do turismo cultural, demandando que esse segmento possa ser desenvolvido a partir da perspectiva da sustentabilidade patrimonial (BRASIL, 2021). Em Icó o turismo cultural tem sua motivação principal na visitação aos edifícios históricos na sede do município e na participação em eventos culturais e manifestações populares. Icó preserva exemplares da arquitetura de estilo colonial e neoclássico. São casarões, igrejas e sobrados, compondo um diversificado acervo arquitetônico. No Largo do Theberge, por exemplo, encontram-se edificações históricas, tombadas, que se apresentam como uma das principais potencialidades turísticas. Em que pese toda herança cultural e material, o município não faz parte de uma rota turística (BRASIL, 2021), embora apresente um importante fluxo de turistas ao longo do ano.

Para assegurar a sustentabilidade do patrimônio em paralelo ao possível crescimento da atividade em Icó, é fundamental desenvolver políticas públicas apropriadas, que fundamentem os seus investimentos no patrimônio cultural e estimulem o desenvolvimento do turismo sustentável na cidade. Desse modo, as políticas precisam de avaliação e monitoramento contínuo, e os indicadores se constituem uma importante ferramenta de gestão ambiental, pública ou privada, à medida que mensura o desenvolvimento, se constituem instrumentos práticos para a gestão (HANAI, 2011).

Nesse contexto, considerando a importância do patrimônio material de Icó e sua sustentabilidade, e da importância do turismo cultural para o desenvolvimento regional sustentável, este artigo tem como objetivo realizar um diagnóstico do turismo cultural em Icó, e propor um plano de ação para potencializar o segmento turístico cultural, visando fomentar o desenvolvimento sustentável local, considerando a sustentabilidade do patrimônio cultural material.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Área de Estudo

O estudo foi realizado em Icó (**Figura 1**), região Centro-sul do estado do Ceará, localizado a 364,5 km da capital, Fortaleza (IPHAN, 2021). O município possui 68.303 habitantes, apresenta indicadores que o colocam em destaque na região centro-sul cearense. O PIB *per capita* alcança o valor de R\$ 9.019,17, com IDH de 0,606 (IBGE, 2010; 2019; 2021). A atividade turística se caracteriza por ser uma das fontes de renda no município, o que exerce influência direta sobre estes indicadores.

Figura 1 – Mapa da área de estudo



Fonte: IBGE (2021); IPECE (2018; 2021). Elaboração: Adjayne Lino e Marcelo Moura Fé (2022).

Icó preserva um acervo arquitetônico reconhecido nacionalmente, com imensa representatividade cultural. Como primeiro sítio tombado no Ceará, Icó utiliza o turismo como viés de desenvolvimento econômico, com imensa representatividade cultural (IPHAN, 2021).

2.2 Roteiro Teórico-metodológico

O roteiro teórico-metodológico desenvolvido para buscar o objetivo deste artigo é de abordagem qualitativa, de natureza básica, e caráter exploratório-descritivo, sendo compartimentado em: (1) embasamento teórico-conceitual, que tratou da análise da literatura científica relacionada às temáticas e à área de estudo; (2) contingente técnico-científico, subdividido em etapas inter-relacionadas de gabinete, campo e laboratório.

Em gabinete realizou-se levantamento bibliográfico e documental de materiais publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros, capítulos e títulos legais relacionados e/ou vigentes no Brasil, Ceará e no município de Icó, que tratam das temáticas relacionadas ao planejamento, turismo cultural, patrimônio cultural, desenvolvimento sustentável, bem como um levantamento cartográfico e iconográfico. Posteriormente, em gabinete, foram analisados de forma conjunta e sistemática os dados dos levantamentos, dos

trabalhos de campo com visita aos prédios e construções que fazem parte do patrimônio cultural material de Icó (tombado pelo IPHAN), e dos materiais elaborados em laboratório.

Na etapa de levantamento bibliográfico foram consultados periódicos nas áreas de Ciências Ambientais, Administração, História, Geografia, Economia, Turismo, Desenvolvimento Regional e áreas afins. As buscas foram feitas por meio dos descritores presentes no título e nas palavras-chave desse artigo, analisadas de forma integrada, com delimitação temporal de 1998 a 2022. Parte dos materiais está disponibilizada em formato impresso (biblioteca e acervos particulares na região estudada) e nas plataformas: Periódicos CAPES, SciELO, *Google Scholar*, além do *Research Gate*. A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT) também foi consultada.

A pesquisa de campo ocorreu entre os meses de setembro, outubro e novembro de 2022, nesse período foram feitas visitas aos prédios tombados no conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó. Na etapa da análise do Plano Plurianual (PPA), analisou-se o planejamento do município no quadriênio 2022 a 2025, o PPA estava acessível ao público no site oficial da prefeitura, assim foram definidos os objetivos estratégicos. Os programas de governo foram classificados com os objetivos estratégicos, que contribuiu para a elaboração do Mapa Estratégico, em seguida foram criados os indicadores de desempenho e, por fim, os resultados foram consolidados, em seguida foi proposto a utilização do *Balanced Scorecard*, uma ferramenta de gestão que contribui para o fortalecimento da Gestão Pública no ambiente municipal, auxiliando na tomada de decisão, oportunizando a gestão eficiente e eficaz dos recursos.

Por sua vez, o levantamento cartográfico se constituiu em dados vetoriais (*shapefiles*) e matriciais (*raster*), mapas temáticos e imagens de satélite, disponíveis em *web sites* de órgãos públicos, discriminados no texto, utilizados para realizar os trabalhos de campo e contribuir na elaboração dos produtos cartográficos e gráficos, sobretudo o mapeamento digital realizado, em laboratório, bases importantes para a discussão dos resultados.

Em gabinete, por fim, os dados secundários e primários foram analisados documentos históricos e instrumentos de proteção legal, visando a composição dos resultados e discussões, cuja análise, espera-se, possa contribuir com respostas aos objetivos específicos e, por conseguinte, ao objetivo principal dessa pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O Turismo cultural do município de Icó e sua ênfase no patrimônio material

O turismo é um fenômeno socioespacial que tem como base o deslocamento das pessoas motivados por alguma razão. Para Montejano (2001), algumas motivações levam os turistas a

se deslocarem como, o interesse de conhecer países com outras representações culturais ou sociais, visitar familiares, entretenimento dentre outras. Conforme De La Torre (1997), o turismo consiste no deslocamento voluntário de indivíduos que saem de seu espaço habitual para outro, estabelecendo interrelações de relevância econômica, social e cultural, desse modo, a motivação cultural orienta o turismo cultural. Segundo Barreto (2006, p. 19), turismo cultural, em específico, é “todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana”.

Segundo a OMT (2001), o turismo cultural configura-se como sendo um movimento de indivíduos que envolve motivações culturais na sua essência, tendo como exemplificações as idas a festivais, viagens para estudos, eventos de artes, visitas a diversos monumentos e sítios arqueológicos, além das viagens a fim de conhecer e estudar a natureza, as peregrinações e o folclore de determinados ambientes. A expressão turismo cultural ressalta o papel do turismo como costumes de práticas de condutas, que por meio de artefatos de uma coletividade, transmite conhecimentos e significados podendo ter resultados não apenas de soma, mas de (re)criar ou (re)organizar novos sentidos. Assim, o turismo, desde as experiências e manifestações da cultura contribui para a iminência de novas formas culturais (ROBINSON; SMITH, 2015).

Patrimônio, por sua vez, segundo Bonfim (2006), é um processo de representação cultural embasado nas particularidades culturais locais e que contribui para a validação das instituições sociais encarregadas pela sua ativação no espaço geográfico. Prats (1998) entende patrimônio como uma herança coletiva. IPHAN (2021) traz um conceito de compreensões coletiva do passado e que necessitam ser preservadas.

Apesar do avanço na compreensão do conceito de patrimônio, ainda é complexo elaborar e implementar estratégias associadas ao desenvolvimento do turismo, no que se refere às políticas de valorização e fomento do patrimônio. Nesse contexto, entende-se por patrimônio cultural o conjunto de bens, materiais e imateriais, que integram a história e a cultura de um povo, bem como suas expressões tradicionais. Logo, em um contexto espacial se refere as manifestações sociais, herança que socialmente pode ser preservada tanto para a presente geração como para as futuras (PRATS, 1998).

Desta forma, os elementos tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural deverão ser transmitidos aos nossos descendentes, acrescidos de novos significados, os quais, provavelmente, sofrerão novas interpretações de acordo com novas realidades socioculturais. Desse modo, o patrimônio cultural se faz por uma construção social e cultural, pela concretude de vivência de uma comunidade, de um povo, uma nação. Uma legitimação simbólica social e

cultural que conferem aos objetos, valores de sentimento coletivo de identidade, em sua representação simbólica, reconhecendo os símbolos como transmissores de cultura que mantêm a conexão das pessoas com um passado mediado pela compreensão das necessidades do presente (DIAS, 2006).

Esse contexto conceitual tem um marco importante em 1945, quando houve a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), órgão responsável internacionalmente por criar instrumentos para a proteção dos patrimônios naturais e culturais, entre outros tantos já existentes. Subsequentemente, em 1946, ocorreu a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com o objetivo de intervir, em escala mundial, nos campos da ciência, da educação e da cultura (VOGT, 2008).

Diante da importância da preservação do patrimônio, a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, legitimado em 1972 pela Unesco, teve como objetivo o incentivo pela preservação de bens culturais e naturais, por ter importância para a sociedade, configurando-se um esforço internacional de valorização de bens considerados patrimônio de todos os povos (IPHAN,2021).

Quanto à preservação do patrimônio cultural no Brasil, existem políticas que são organizadas em níveis federais, estaduais e municipais, em que se define o patrimônio cultural a ser preservado. Vale ressaltar a lei maior no país, a Constituição Federal de 1988, que define o conceito de patrimônio cultural e garante o seu acesso e difusão. O artigo 216 define que, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, art. 216).

Neste contexto, o turismo cultural ganha destaque a partir do deslumbramento de cidades históricas, detentoras de patrimônio histórico e arquitetônico tombado pelo IPHAN. É importante destacar que a cidade de Icó se insere neste contexto por ser conhecida pelo patrimônio material de valor histórico e cultural formado de sobradões e fachadas em barroco clássico, com traçado urbanístico imposto pelas normas da coroa portuguesa (IPHAN, 2022). Assim, Icó recebe turistas de diversos lugares com interesse em conhecer as edificações construídas entre os séculos XVIII e XIX, bem como, os atrativos culturais que o município tem em sua representação simbólica (ICÓ, 2023).

Segundo Guimarães; Moura Fé e Almeida (2022) os conhecimentos culturais sobre o ambiente e a história integram princípios humanos que são capazes de contribuir para o crescimento endógeno e sustentável. Dessa forma, propiciam um momento de reflexão e até mesmo crítica, auxiliando assim a compreensão do nosso lugar no grupo cultural a que

pertencemos, trazendo o entendimento que patrimônio cultural não é algo estático, antigo ou velho, mas impulsionador à transformação, à criatividade e ao enriquecimento cultural, por isso a importância de sua preservação.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo de Icó, os patrimônios edificados tombados mais visitados são:

- Igreja Nossa Senhora da Expectação (Matriz);
- Santuário do Senhor do Bonfim;
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário estilo barroco sertanejo;
- Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte estilo barroco sertanejo;
- Teatro da Ribeira dos Icó;
- Antiga Casa de Câmara e Cadeia;

Vale ressaltar também a Casa de Cultura Mariinha Graça; o Palácio da Alforria, Sobrado Canela Preta, Solar dos Anteros (Colégio Senhor do Bonfim); Mercado Público de Icó, Rua General Piragibe (Antiga Rua dos Escravos) e a Antiga Rua da Corte são bens que também fazem parte do sítio histórico tombado nacionalmente (ICÓ, 2023).

Dos bens patrimoniais supracitados, vale ressaltar que caracteriza um importante atrativo para atividades turísticas de Icó. As tamarineiras (1842), árvores bicentenárias considerado patrimônio natural, também conta história do Icó antigo, evidencia a importância da preservação ambiental e da memória da comunidade local, considerado um espaço de valor cultural bastante visitado pelos turistas (ICÓ, 2023). Contudo, o patrimônio cultural tem um papel significativo no desenvolvimento sustentável de uma região, esse segmento turístico deve proporcionar muito mais que visitas as igrejas e teatro, deve oportunizar também um diálogo entre as pessoas da comunidade e os turistas (DA COSTA, 2017). Todavia, é importante pensar o fomento e a sustentabilidade do turismo cultural na cidade de Icó, que pode, através da dimensão econômica (tendo em vista que os turistas utilizam os serviços locais, como hospedagem, restaurantes etc.), melhorar indicadores sociais regionais.

Algumas ações de promoção ao turismo já foram desenvolvidas em parcerias com programas que ofertam cursos de educação patrimonial e de restauração de monumentos arquitetônicos, as ações do Programa Monumenta e do Programa de Urbanização dos Municípios do Ceará – PROURB são as de maior impacto em termos de preservação e conservação dos bens tombados de Icó. Mesmo que em seus projetos o prognóstico fosse de uma gestão do patrimônio fundamentada em políticas educativas, culturais e fomentação ao

turismo. Porém, em sua concretização, as ações foram em obras de recuperação e de infraestrutura urbana como reforma nas Igrejas, nos sobrados, restaurações dos patrimônios edificados, na recuperação de imóveis privados, ações de requalificação do espaço urbano que contribuem para salvaguarda do patrimônio além da promoção e divulgação do patrimônio cultural (PEREIRA, 2021).

Portanto, o turismo cultural pode e deve estar ao serviço da conservação e valorização do patrimônio cultural. Porém, se explorado no viés de interesses mercantis, pode ter impactos negativos como a própria perda do patrimônio cultural. Neste sentido, é importante compreender que as políticas devem ser orientadas numa perspectiva de equilíbrio entre o turismo cultural e o patrimônio cultural. Uma vez que as políticas públicas podem ser manifestas através de planos, continuamente normalizado pela lei ou por programas de ação, regulados pelo poder executivo.

3.2 Políticas públicas, legislação associada e gestão patrimonial

As políticas públicas representam a relação do Estado (esferas federal, estadual e municipal) com a sociedade civil, no que tange à distribuição de bens e serviços públicos na sociedade, na promoção, no ordenamento e supervisão de atividades que necessitam de intervenção para preservar o interesse público e o bem comum (RAMOS, 2019). Nesse sentido, Nóbrega *et al.* (2013) definem políticas públicas como as práticas que o Estado manifesta considerando os anseios da sociedade como um todo. Dessa forma, as políticas públicas podem ser articuladas por meio de programas de ação, planos estabelecidos pela lei; regulados pelo poder executivo por meio de resoluções, decretos e portarias (RODRIGUES, 2018).

No final do Século XVIII, o Estado demonstrou interesse em resguardar materialmente os bens imóveis da Idade Média e da Antiguidade, formando uma verdadeira política pública patrimonial. No início do Século XX, no Brasil, não havia uma instituição voltada à salvaguarda do patrimônio cultural, assim relevantes edifícios e conjuntos arquitetônicos do Brasil Colônia foram destruídos, visto que as cidades e trechos urbanos remanescentes do período colonial eram associados à sujeira, insalubridade e doenças. O resultado desse contexto foi a demolição de importantes exemplares coloniais de arquitetura e urbanismo, em cidades como Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (COSTA, 1986; LEME, 2005; KÖHLER, 2019).

No Brasil, a história evolutiva do conceito de patrimônio cultural emaranha-se com a história da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo Decreto-Lei nº 25/1937, que se tornou o principal instrumento jurídico de proteção patrimonial,

onde a preservação do Patrimônio Cultural só se constituiria através do tombamento, contando assim, com a efetiva participação do Estado através do SPHAN (atual IPHAN), que nas primeiras décadas da instituição, centrou-se nas construções de pedra e cal do Brasil Colônia (FUNARI; PELEGRINI, 2006; KÖHLER, 2019).

Nesse contexto, as cartas patrimoniais são documentos que abrangem desde conceitos a medidas para ações administrativas, relacionadas a questões preservacionistas, ligadas a promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural. Logo, são tratadas por organismos e entidades do Brasil e do mundo, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização dos Estados Americanos (OEA), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre outras (TOMAZ, 2010; KÖHLER, 2019) - **Quadro 1**.

Quadro 1 - Cartas patrimoniais e as diretrizes de preservação

CARTAS PATRIMONIAIS E DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO		Fonte
Carta de Atenas (1931)	Primeiro documento internacional é considerada a carta patrimonial precursora, e dispõe sobre questões envolvendo o patrimônio, direcionado para os monumentos com valor histórico e artístico, se tornando referência na história da salva guarda do Patrimônio Histórico Mundial.	(UNESCO, 2023)
Recomendação de Nova Délhi (1956)	Trata de pesquisas arqueológicas, todavia é uma das que mais detalham as possíveis ações de educação patrimonial. E faz referência ao turismo evidenciando a “organização de circuitos turísticos” como uma das maneiras de educar o público.	(KÖHLER, 2019)
Carta de Veneza (1964)	Aborda conceito sobre as obras monumentais, e da evolução histórica de cada povo como o testemunho vivo de suas tradições seculares, que guardam os traços da cultura no tempo e espaço, materializados nas criações arquitetônicas, nos prédios históricos, resultando na necessidade de manutenção e preservação. É considerada uma das mais influentes cartas patrimoniais ao ampliar o conceito de patrimônio cultural para além do edifício isolado (monumento).	(IPHAN, 2023)
Normas de Quito (1967)	Centra-se na funcionalização do patrimônio monumental como instrumento de desenvolvimento econômico. O documento considera apenas o lado bom do turismo, não mais evidenciando os sentidos e definições do patrimônio cultural ou questões técnicas de preservação. Veicula diretamente o patrimônio monumental ao desenvolvimento econômico, por intermédio do turismo cultural.	(KÖHLER, 2019)
Recomendações de Paris de 1968 e 1972	Destaca a importância artística, histórica ou científica, dos monumentos, testemunhos e vestígios do passado e construções recentes, delega aos governos a responsabilidade para garantir a proteção e preservação da herança cultural da humanidade além de promover o desenvolvimento econômico e social. Ressalta a preservação do patrimônio cultural de uma forma harmônica e com planejamento apropriado.	(IPHAN, 2022)
Declaração de Amsterdã (1975)	Trata da participação efetiva da comunidade local no processo de preservação do patrimônio. E mediante a especulação imobiliária pela iniciativa privada, torna-se um perigo à preservação patrimonial. E o	(IPHAN, 2023)

	turismo em excesso, começa a ser visto como potencial gerador de danos ao patrimônio.	
Declaração do México (1985)	O conceito de patrimônio cultural e imaterial como representação da identidade histórica e cultural dos povos nos bens materiais ou imateriais, expressos por meio da arte, arquitetura, música, linguagem, sabedoria popular e tradições que guardam a história, memória e identidade.	(KÖHLER, 2019)
Carta do Turismo Sustentável (1995)	Documento é assinado durante a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, aborda sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de um método orientado na gestão global de recursos, garantindo sua estabilidade, possibilitando a conservação de capital natural e cultural, integrando áreas protegidas.	(HANAI, 2012)
ICOMOS (1999, 2002).	O documento torna mais conhecida as diretrizes do International Cultural Tourism Charter (ICOMOS) acerca do turismo cultural, aborda a importância de educar a população local sobre a história de seu patrimônio cultural, os possíveis problemas que o turismo pode gerar, e ressalta a compreensão de gestão de bens culturais, visto que são alvo do consumo turístico.	(ICOMOS, 2023).

Elaboração: Autores (2023). Fontes: indicadas no quadro.

Assim, as cartas patrimoniais objetivam a orientação e uniformização das práticas em torno da proteção aos bens culturais. Logo, patrimônio cultural não se limita apenas a recursos materiais, mas considera a subjetividade e intangibilidade de elementos que estão relacionados a cultura, considerando o saber e fazer de uma coletividade (CANCLINI, 1999; CHOYA, 2006; PRATS, 2005; LUCHIARI, 2007).

Dito isto, é importante compreender a melhor forma de gerir a relação existente entre o turismo e os bens culturais. Segundo Barreto (2006), o planejamento configura-se um instrumento essencial, uma vez que deve ser observada a gestão integrada dos setores do governo. Corroborando, para Mintzberg (2004), planejar é pensar no futuro, desse modo, o gerenciamento dos projetos turísticos e culturais pode resultar em ação eficiente na preservação do patrimônio cultural e no desenvolvimento do turismo. Assim, planejar se faz cada vez mais necessário, tendo em vista a dinamicidade constante da sociedade.

Ramos e Costa (2017) destacaram que o turismo é visto como um agente que instiga o desenvolvimento de forma transversal, e também pode promover relevantes pilares sociais e ambientais, além dos aspectos econômicos. De acordo com Camilo e Bahl (2017), o crescimento das atividades turísticas repercute no ambiente, na economia, na sociedade e na cultura de um determinado lugar, gerando impactos tanto quantitativos como também qualitativos no ambiente em que o turismo é desenvolvido.

O turismo cultural no Brasil é indicado pelas políticas como um segmento que gera trabalho e renda, considerado como um turismo sustentável pela valorização da cultura e por proporcionar melhor qualidade de vida para comunidade local (RAMOS, 2019). Na cidade de Icó, o turismo é uma das fontes de renda, em destaque pelo sítio histórico barroco considerado

patrimônio histórico nacional, também pelas belezas naturais, como o rio Salgado. O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó é dividido em 5 poligonais, representa a porção mais relevante da cidade e um importante atrativo para atividades turísticas (ICÓ, 2022; IPHAN, 2022).

O Mapa do Turismo Brasileiro de 2019 categoriza diversos municípios por todo o território nacional, através da portaria MTur n. 30/2018, que elucida “a categorização um instrumento para identificação do nível de desenvolvimento da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro”. Desse modo, categoriza os municípios em cinco níveis (A, B, C, D e E), os que pertencem a categoria A e B são os que possuem uma atividade turística expressiva, por sua vez os das categorias C, D e E seriam os municípios coadjuvantes, ou seja, aqueles que apresentam infraestrutura inadequada necessitando de mais investimentos públicos em turismo (FONSECA, 2022).

Estas categorizações levam em conta o desempenho da economia no turismo, algumas variáveis são consideradas como a quantidade de empregos e também de estabelecimentos de hospedagem, estimativa de visitantes domésticos e internacionais, recolhimento de impostos federais por meio de hospedagens

Nesse sentido, o município de Icó está inserido no novo Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021 evidenciando que o município trabalha o turismo como política de desenvolvimento econômico e geração de empregos e renda, mas está classificado na categoria D, logo, essa classificação representa municípios com índice baixo em referência aos indicadores fluxo turístico e estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem (MTUR, 2019). Dessa forma, o município de Icó precisa avançar no fomento do setor turístico, desenvolver ações como sistematização de dados do fluxo turístico, incluindo ações de infraestrutura turística, qualificação profissional e promoção dos destinos turísticos, visando potencializar o desenvolvimento local por meio do turismo cultural.

O Plano Plurianual Participativo de Icó é um documento com finalidade de estabelecer diretrizes, metas e objetivos da gestão pública através de propostas, vale ressaltar, com a participação da população, e também pelos poderes legislativo e executivo, tendo em vista o desenvolvimento da cidade (ICÓ, 2022). O documento apresenta estratégias para o quadriênio 2022/2025, sendo que das 545 propostas, apenas 30 contemplam o turismo, conforme apresentado na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Estratégias do PPA para o quadriênio 2022/2025- Turismo

EIXOS	Estratégias do PPA para o quadriênio 2022/2025- Turismo
AMBIENTAL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoção do turismo rural ecológico, através de trilhas com visitas guiadas e passeios de eco pedal. 2. Nos pontos turísticos de Icó, instalar quiosques turísticos (centro de atendimento turístico) 3. Conservar pontos, paisagens riquezas turísticas. 4. Definir políticas de desenvolvimento rural sustentável e um Plano de Desenvolvimento Rural, através de um fórum participativo. 5. Integração das atividades rurais as cadeias produtivas, promoção da diversidade da produção agrícola e biodiversidade regional. 6. Implantar programas de reflorestamento em nível de pequeno produtor, visando aumentar sua renda sua permanência no meio rural. 7. Estimular programas de manejo para exploração do carvão vegetal nas florestas plantadas
SOCIAL	<ol style="list-style-type: none"> 8. Implantar Centro de Atendimento ao Turista CAT. 9. Criar sala de apoio receptivo turístico, onde os visitantes/turistas possam se direcionar com facilidade assim terem suas demandas atendidas. 10. Orientar e incentivar ações de formação capacitação de recursos humanos, para atender ao desenvolvimento da atividade turística do Município. 11. Apoiar realização de feiras, exposições demais eventos voltados para promoção de agronegócios. 12. Fomentar o Turismo Rural, fortalecer a divulgação potencialidades distritais, ofertar cursos de capacitação e formação turística, em parceria com o Sistema "S", SESC, SENAC, SENAI E SEBRAE.
ECONÔMICO	<ol style="list-style-type: none"> 13. Constituir Selo de Qualidade para as pessoas e organizações que ofereçam serviços/ produtos de qualidade na área do turismo. 14. Fortalecer desenvolvimento das cadeias produtivas na área do turismo (promover parcerias com setor privado, compra de produtos, capacitação, outros). 15. Incentivar artesanato regional sua comercialização, melhorando renda aos produtores locais. 16. Apoiar setor privado, na abertura de áreas pioneiras de turismo, principalmente as atendam aos objetivos essenciais de geração de emprego produção de renda. 17. Incentivar produção de hortigranjeiros, com ênfase na partição da população local na oferta desses produtos. 18. Incentivar produção de alimentos familiar, conservação e industrialização. 19. Apoiar implantação da criação de projetos de pequenos animais, como forma de aumentar renda de pequenos produtores de ampliar participação dos produtos de origem animal no comércio local. 20. Articular esforços com governo estadual e setor privado, para fortalecer as atividades turísticas. 21. Dinamizar uso de equipamentos públicos de comercialização, garantindo acesso ao pequeno produtor rural a colocação dos produtos, no mercado consumidor (feiras livres).
CULTURAL	<ol style="list-style-type: none"> 22. Elaborar programas de aproveitamento das diversas manifestações culturais existentes, fomentando-as, enquanto atividades turísticas religiosas. 23. Articular com setores afins, na realização de eventos culturais de importância Turística no Município. 24. Criar calendário para visitas ao Patrimônio Histórico (urbanos/rurais). 25. Divulgação externa através de campanha publicitária, do potencial turístico histórico religioso: Patrimônio histórico arquitetônico na zona urbana rural do Município.

	26. Criar carteira de identificação para os artistas reconhecidos pela Secretaria de Cultura, e formalizar parcerias com comércio local, no que diz respeito descontos promoções aos mesmos.
TECNOLÓGICO	27. Criar um Mapa Turístico, com visitação presencial e em site específico.
	28. Articular com EMBRATUR, maior divulgação do roteiro turístico de Icó, em suas atividades de promoção.
	29. Criar sistemas de transporte, com linhas especiais para coleta da produção, possibilitando ao pequeno produtor escoar a comercialização do seu produto.
	30. Fortalecer infraestrutura rural, econômica de serviços sociais, possibilitando ao produtor rural o desenvolvimento de suas atividades agropastoris de uma forma mais articulada, através das estradas, da construção de pequenas barragens, eletrificação, telefonia.

Elaboração: Autores (2023). Fonte: ICÓ (Ceará) - Plano Plurianual Participativo (2022- 2025).

Esta tabela, além de demonstrar as estratégias (metas) traçadas para fomento ao setor turístico, mostra que o turismo cultural é um potencial para o desenvolvimento na cidade de Icó. No entanto, das 30 estratégias pensadas para o desenvolvimento do turismo no município apenas 5 estratégias (22, 23, 24, 25 e 26) dialogam diretamente com o segmento cultural. Dessa forma, percebe-se uma tênue conexão entre as áreas de cultura e turismo, isto é, esta relação ainda se encontra bastante tímida em termos de parcerias de atuação e ações integradoras. Desse modo, existe a necessidade de potencializar os aspectos socioculturais no município e que as atividades sejam orientadas nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Das diversas ações relacionadas à estrutura do destino, aos serviços locais, a escuta popular se faz presente, uma vez que o protagonismo dos moradores da localidade é essencial. Todavia, só se alcança uma preservação efetiva dos patrimônios quando o indivíduo compreender o valor desse patrimônio. Para Funari (2006), por meio da educação patrimonial, o indivíduo compreende sua importância no processo cultural em que ele faz parte, bem como o vínculo dele com o patrimônio cultural. Segundo Lima; Sousa (1996), além da preservação do patrimônio, existe um projeto que determina o ensino da História do Icó nas escolas públicas municipais, logo, preserva viva a historicidade e as percepções de tempo passado e tempo presente.

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), instituído através da Lei nº 867, de 21 de agosto de 2013, é o órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Turismo, que visa promover e gerir o desenvolvimento do turismo no município, bem como estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada (ICÓ, 2013).

Dentre as iniciativas realizadas no município, cita-se a criação da Associação dos Produtores de Artesanato, Gestores Culturais e Artistas de Icó (APROARTI), criada em 2005, com objetivo de promover o empreendedorismo social e cultural; o Festival Icozeiro, promovido pela Associação Filhos e Amigos de Icó – AMICÓ, criado em 2011, que trabalha

arte e cultura nos espaços tombados como o Sobrado do Núcleo de Música, o Teatro Municipal, a Casa de Câmara e Cadeia, além da Praça do Largo do Theberge. Outras manifestações de valorização da história e do patrimônio cultural são praticadas por poetas, cordelistas, escritores, dentre outros, que através das suas produções que retratam a cidade, a memória e o patrimônio, fortalecendo a construção de uma consciência sobre o uso e preservação dos bens (PEREIRA, 2021).

Dito isto, importante pensar no diálogo entre o poder público e a comunidade, visto que as ações desempenhadas pela comunidade necessitam está articulada com o poder público, uma vez que que delibera quanto ao uso e ocupação dos equipamentos tombados no município, e precisa ser bem planejada visto que as ações já fazem parte do calendário cultural da cidade. Segundo Ramos (2019), um dos principais desafios para garantir a sustentabilidade do patrimônio cultural é uma gestão adequada, pois é necessário considerar a realidade espaço-temporal das etapas e também traçar propostas que possam ser realmente executáveis. Para Molina (2005), a sensatez ao gerir os processos durante o planejamento é fundamental para alcançar resultados satisfatórios. Dessa forma, planejamento e gestão são concepções distintas, porém, interdependentes.

Com relação a gestão do patrimônio cultural, a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece em seu artigo 216, §1.º, "O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação". Assim, a comunidade, em sinergia com o Poder Público, deve exercer o papel de guardião de seu patrimônio cultural (BRASIL, 1988, art. 216).

No Brasil, o paradigma da sustentabilidade motivou maior parte dos agentes públicos e privados encarregados pela gestão e incentivo da atividade turística. Algumas mudanças proporcionaram redirecionar o turismo, como a difusão do turismo para territórios mais interioranos, na busca de novos produtos, sob o paradigma da sustentabilidade, uma vez que o turismo massivo ainda é fortemente concentrado no segmento sol e mar. Ainda nessa perspectiva, novos modelos de gestão do turismo vêm se concentrando no turismo responsável e de base comunitária, igualmente em novos segmentos turísticos, por exemplo ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, etnoturismo, no qual ganham notoriedade a valorização da cultura local e a preservação ambiental (FONSECA, 2022).

É pertinente salientar a importância da construção cultural do lugar turístico que o município de Icó representa. Segundo Castriota (2009), o reconhecimento de um lugar como turístico, se faz em uma construção cultural, pois envolve a criação de um sistema integrado de

significados. Nesse viés, ressalta-se a importância da sustentabilidade na conservação do patrimônio cultural material do município de Icó, e destacando que um turismo cultural bem planejado e administrado pode contribuir e potencializar o seu crescimento.

A ONU (2016) sintetiza o desenvolvimento sustentável no triple bottom line, social, ambiental e econômico, todavia, é desafiador a harmonia dessa tríade, principalmente quando se trabalha o setor turístico. Logo, planejar ações têm sido um grande desafio para as gestões públicas, e nesse processo de elaboração, as atividades devem ser pensadas considerando o envolvimento de vários agentes, necessitando ser uma construção coletiva, pois envolve o homem, e também os aspectos ambiental, cultural, social e econômico. Para Sachs (2008) a sustentabilidade pode ser entendida por conjunto de critérios, que compreendem os aspectos culturais, sociais, econômicos, ambientais, territoriais, políticos e ecológicos.

Importante destacar que a cidade foi contemplada com o programa Monumenta, todavia, o programa passou por alguns problemas, como a necessidade de consolidação do IPHAN; a atividade integrada entre município, estado e União dentre outros, conseqüentemente, manifesta-se a necessidade de uma revisão quanto ao aprimoramento da política do patrimônio cultural pelo Programa Monumenta (GIANNECCHINI, 2021). Portanto, o turismo cultural no município de Icó se configura como uma das estratégias de desenvolvimento sustentável, mas as ações de planejamento e gestão de fomento ao turismo cultural necessitam de caminhos mais eficazes quanto a promoção e integração do patrimônio vivenciado comumente pela população visando um desenvolvimento endógeno e integrado.

3.3 Plano de ação para o turismo cultural do município de Icó

No turismo o planejamento é uma condição necessária para a viabilidade, a organização e a sustentabilidade da própria atividade (CARVALHO, 2009). Segundo Chiavenatto (2008) o planejamento pode ser compreendido como evolução de processos, métodos e ações administrativa, representa a formulação sistemática de ações servindo como orientação para toda a organização. Dito isso, é importante pensar que o planejamento visa também desenvolver na organização uma mentalidade de antecipação às mudanças. Para Kotler (1992), é essencial adaptar frequentemente o plano às mudanças do ambiente. Assim, Ferreira *et al.* (1997) destacam que o gestor deve prever e se antecipar às tais mudanças, visto que o setor público não é diferente do privado.

As atividades de qualquer cunho, ao serem planejadas visando a sustentabilidade, devem estar orientadas por padrões de conservação em primeiro plano. Importante destacar que os governos, como órgãos de formulação de políticas, podem implementar políticas mais

sustentáveis nas comunidades, proporcionando conservação das áreas onde as atividades turísticas são realizadas e também dos recursos naturais (BARBER *et al.*, 2014; WONG *et al.*, 2015).

Uma cidade cultural manifesta sua expressão através da arquitetura dos edifícios, da disposição das residências em relação aos prédios históricos, da necessidade de preservação do antigo para contar-se a história local, em consonância com a construção das novas edificações, respeitando os espaços e limites entre o passado ainda presente e a atualidade latente na modernidade. Um dos principais atrativos turísticos culturais é o lazer, que deve proporcionar satisfação nas pessoas que residem no local e nos turistas. Por essa razão, defendem Lima; Ávila; Queiroz (2011):

Lazer, cultura e turismo devem ser considerados como fundamentais para ampliação do bem-estar de todas as pessoas, independente das características e especificidades dos grupos sociais. No entanto, o pouco acesso da maioria da população ao lazer, a cultura e ao turismo é um exemplo claro da ineficiência de grande parte das políticas públicas de democratização e ampliação da inclusão a esses setores. (LIMA; ÁVILA; QUEIROZ, 2011, p. 2).

Por outro lado, o crescimento econômico e sustentável é urgente, pois “a necessidade de construir estratégias para intensificar o crescimento econômico de um determinado setor, tendencialmente, negligencia-se a necessidade do equilíbrio e equidade social como vetores do desenvolvimento adequado em qualquer esfera do turismo” (LIMA; ÁVILA; QUEIROZ, 2011, p. 3). Pode-se observar que a relação de cuidados com o meio ambiente e crescimento econômico são duas vertentes difíceis de se alinharem, porém são muito necessárias, ao tratar de turismo sustentável, é primordial a responsabilidade com o meio ambiente, descartando a possibilidade de negligenciá-lo.

Afirmam Lima; Ávila; Queiroz (2011, p. 4) que “o turismo cultural é percebido como uma importante fonte de disseminação da cultura como segmento crescente no Brasil. Assim, faz-se necessário atentar para a necessidade de planejamento no processo de desenvolvimento sustentável do turismo”. Em consonância com esse pensamento, Ávila (2009) expõe:

Considerando que o turismo cultural é o tipo de turismo que engloba diferentes interesses em duas áreas bastante complexas, compreende-se que o desenvolvimento da atividade só ocorrerá se estiver ancorado em políticas públicas que valorizem o patrimônio cultural e que o uso turístico seja compatível com as necessidades dos consumidores e com os interesses das comunidades (ÁVILA, 2009, p. 110).

Nesse contexto, a população que vive no entorno de áreas preservadas pelo patrimônio cultural merece habitar em um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável da sua cidade, tendo participação ativa nos processos decisórios. No caso de Icó, tanto em relação aos aspectos relacionados à preservação do patrimônio cultural material quanto no tocante ao

turismo cultural, que vem sendo desenvolvido no município. Para que isso possa se suceder de forma organizada e estruturada, é importante que seja realizado um planejamento adequado dos processos de gestão a serem implementados, como também efetividade nas atividades de articulação e integração entre as diferentes estruturas de governança.

Uma ferramenta de gestão estratégica é o Balanced Scorecard (BSC), desenvolvida por Kaplan e Norton nos anos 1990, que busca o alinhamento da missão e a visão da empresa em quatro perspectivas: financeira, cliente, processos internos e aprendizagem/crescimento. A integração dessas quatro perspectivas ajuda os gestores a compreender as relações funcionais, sendo capaz de otimizar na tomada de decisão, para além disso, permite promover a identificação, a racionalização e o alinhamento das iniciativas com a estratégia e a alocação de recursos (GREILING; GREILING, 2010; EKMEKÇI, 2014).

O BSC foi originalmente idealizado para ser usado em empresas privadas como uma ferramenta de gestão de desempenho, assegurando uma visão holística e utilizando-se de indicadores financeiros e não financeiros para satisfazer os clientes, colaboradores e outros *stakeholders* da empresa (KAPLAN; NORTON, 1997); diferente da esfera pública, cujos os parâmetros do BSC são incorporados com a qualidade na prestação de serviços, com objetivo de diminuir os custos e melhorar a eficiência operacional dos serviços para a comunidade (FERNANDES, 2013; GHELMAN; COSTA, 2006).

Kaplan e Norton (2000) evidenciam que a flexibilidade do BSC possibilita a inclusão de outras perspectivas. Uma adaptação necessária significativa é a inversão da sequência das perspectivas. De acordo com estes autores, a recomendação básica para a esfera pública é que seja transferida ao topo a perspectiva dos clientes (cidadãos), pois as estratégias adotadas necessitam ser baseadas nos cidadãos. Todavia, para a implementação do BSC no setor público, as organizações governamentais necessitam incluir um objetivo abrangente no topo da estrutura do BSC, tornando seu propósito de longo prazo. O objetivo definido precisa convergir para o cumprimento de sua missão. Na definição de estratégias, o cidadão é como um cliente, pois é quem paga e recebe os serviços municipais (KAPLAN; NORTON, 2000).

No Brasil, as prefeituras de Porto Alegre e Curitiba implementaram o BSC, a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – POLI/USP e a Secretaria do Estado da Fazenda de São Paulo, também utilizaram dessa ferramenta (LIMA et al., 2003; (ARAÚJO, 2000). Assim, vê-se que o BSC pode ser modificado para atender às particularidades das organizações públicas. Todavia, para obter sucesso, o monitoramento é imprescindível (WILSON; HAGARTY; GAUTHIER, 2006).

De uma maneira prática o BSC ganha força quando associado ao Mapa Estratégico, assim, permite a praticidade na visualização das metas e dos indicadores que integram o planejamento inicial, se configurando como ferramentas que podem auxiliar na apresentação do modelo de alinhamento, ao relacionar a estratégia, os processos e sistemas e a definição de indicadores (KAPLAN, NORTON 2004).

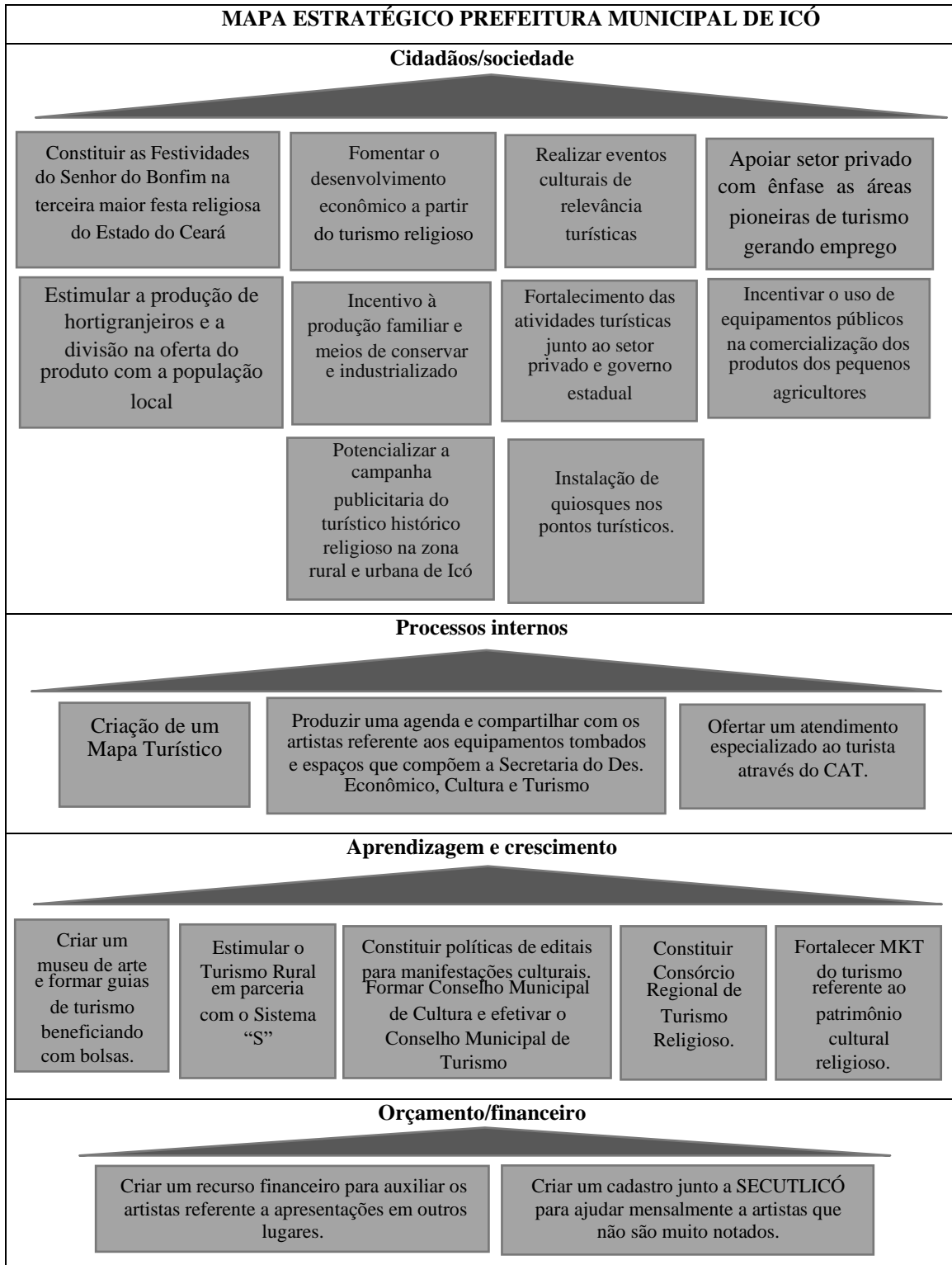
Vale destacar que na administração pública, o planejamento é determinado por meio de documentos formais como: o Plano Plurianual (PPA), o Plano Diretor, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA apresenta as diretrizes, as metas e objetivos da gestão pública, como também, evidencia os gastos para que esses fins serem alcançados, com a finalidade de dar mais transparência. Assim, o BSC pode auxiliar no monitoramento das ações desenvolvidas, impulsionando o alinhamento do planejamento municipal e as metas holísticas do município como um todo (ERIG; ANTUNES JUNIOR; RAIMUNDINI, 2009). Contudo, segundo Kaplan e Norton (2004), apenas afirmar o uso de ferramentas de gestão no caso do BSC, não garante a eficácia do processo e a segurança de um serviço público de qualidade.

Para a formulação do mapa estratégico, procedeu-se uma análise documental quanto à identificação da missão e da visão da prefeitura municipal de Icó, porém sem êxito; uma busca no *web site* oficial também foi realizada, e nada foi encontrado. Sublinha-se que esse é um problema a ser enfrentado pela administração pública a dificuldade da identificação da missão e visão. Segundo Araújo (2000), a missão de uma instituição não versa apenas de uma frase de efeito, mas se busca apontar o direcionamento dos esforços para o alcance dos resultados, enquanto a visão é algo a ser buscado, almejado, é aonde se quer chegar, além de algo a ser alcançado, buscado, é também uma meta estratégica que para tal propósito deve ser clara, mensurável e exequível.

Apesar do exposto, foi possível elaborar o mapa estratégico, conforme os objetivos destacados no Plano Plurianual (PPA) do município. O mapa foi dividido de acordo com as perspectivas propostas para formulação do BSC: cidadãos/sociedade, processos internos, aprendizagem e crescimento e orçamento/financeiro (NIVEN, 2002) – **Figura 2**.

Dessa forma, a partir da análise do PPA, foram definidos objetivos no mapa estratégico, e para cada perspectiva foram elaborados indicadores essenciais para a formulação do BSC, resultando a estratégia em ação (**Quadro 2**). Importante compreender que estabelecer indicadores na administração pública se torna um pouco difícil, pois algumas ações são de longo prazo, todavia para vencer essa dificuldade é preciso definir o objetivo (resultados) de longo prazo e transformar em ações de médio e curto prazo (produtos) (NIVEN, 2002).

Figura 2 - Mapa estratégico da Prefeitura Municipal de Icó



Fonte: PPA da Prefeitura Municipal de Icó. Elaboração: autores (2023).

Quadro 2 - Perspectiva cidadãos/sociedade

PERSPECTIVA CIDADÃOS / SOCIEDADE	
Objetivo	Indicadores
Constituir as Festividades do Senhor do Bonfim na terceira maior festa religiosa do Estado do Ceará	Quantidade de eventos em estímulo a promoção da festividade.
Fomentar o desenvolvimento econômico a partir do turismo religioso	% de ações de turismo religioso para atender os cidadãos
Articular com setores afins, na realização de eventos culturais de importância Turística no Município.	Quantidade de eventos culturais realizados
Apoiar setor privado, na abertura de áreas pioneiras de turismo, principalmente as atendam aos objetivos essenciais de geração de emprego produção de renda.	Identificar áreas turísticas Nº de ações executadas junto ao setor privado
Incentivar produção de hortigranjeiros, com ênfase na partição da população local na oferta desses produtos.	% da produção de hortigranjeiros. % participação da população
Incentivar produção de alimentos familiar, conservação e industrialização.	Número de ações executadas
Articular esforços com governo estadual e setor privado, para fortalecer as atividades turísticas.	Nº de projetos elaborados para fomento as atividades turísticas. % de realização das ações. Nº de empresas que já atuam no município.
Dinamizar uso de equipamentos públicos de comercialização, garantindo acesso ao pequeno produtor rural a colocação dos produtos, no mercado consumidor (feiras livres).	% de produtores rurais atendidos
Divulgação externa através de campanha publicitária, do potencial turístico histórico religioso: Patrimônio histórico arquitetônico na zona urbana e rural do Município	Quais canais de comunicação para publicizar o turismo religioso. % de Planos executados.
Nos pontos turísticos de Icó, instalar quiosques turísticos (centro de atendimento turístico),	Nº de benefícios oferecidos para fomento do desenvolvimento econômico

Fonte: PPA da Prefeitura Municipal de Icó. Elaboração: autores (2023).

A visão baseada no cidadão posiciona-se no topo da estrutura do BSC da gestão pública. Para Hammerschmid *et al.* (2019), a visão baseada no cidadão favorece a qualidade no serviço, oportuniza a eficiência de custos e a igualdade de acesso aos serviços de uma forma coordenada. Foram estabelecidos objetivos extraídos do PPA 2022-2025, com seus respectivos indicadores na perspectiva da aprendizagem e dos processos internos (**Quadro 3**). Os objetivos representam serviços que o município presta, visando proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos, neste caso, o fomento às atividades turísticas.

Os objetivos estratégicos dos processos internos permitem que o município identifique quais os processos que direcionam valor para os cidadãos, possibilitando identificar oportunidades de melhorias na prestação dos diversos serviços públicos, além de fornecer o aperfeiçoamento de políticas públicas que atendam à real necessidade da população. A perspectiva do aprendizado e crescimento compreende a habilidade e comprometimento dos recursos humanos da empresa, ou seja, visa oportunizar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos servidores municipais.

Quadro 3 – Objetivos estratégicos

APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO	
OBJETIVOS	INDICADORES
Criar um museu de arte e formar guias de turismo beneficiando com bolsas	% de Planos executados; Número de pessoas beneficiadas;
Constituir políticas de editais para manifestações culturais. Formar Conselho Municipal de Cultura e efetivar o Conselho Municipal de Turismo	Nº de projetos elaborados e reuniões
Constituir Consórcio Regional de Turismo Religioso.	Número de ações e projetos que possam estruturar o consorcio regional de turismo religioso
Fortalecer MKT do turismo referente ao patrimônio cultural religioso.	Nº de ações como workshops, encontros, promoção e ativação de produtos e serviços, organização de feiras e exposições, e outras ações voltadas para a promoção do turismo referente ao patrimônio cultural religioso.
Estimular o Turismo Rural em parceria com o Sistema “S” SESC, SENAC, SENAI E SEBRAE.	Nº de projetos elaborados para fomento do turismo. Nº de capacitações realizadas
PROCESSOS INTERNOS	
OBJETIVOS	INDICADORES
Produzir uma agenda e compartilhar com os artistas referente aos equipamentos tombados e espaços que compõem a Secretaria do Des. Econômico, Cultura e Turismo	Nº de equipamentos tombados mais visitados. Cadastro dos artistas.
Criar um Mapa Turístico, com visitação presencial e em site específico.	Locais de comunicação físico e virtual
Implantar Centro de Atendimento ao Turista CAT.	Número de capacitações realizadas. % formação de profissionais

Fonte: PPA da Prefeitura Municipal de Icó. Elaboração: autores (2023).

Por fim, na perspectiva orçamento/financeiro, os recursos públicos necessitam ser geridos de forma eficiente e eficaz, ampliando sua arrecadação, reduzindo suas despesas e custos. Para a manutenção e a ampliação das ações, é indispensável garantir os recursos previstos no orçamento público (BRASIL, 2000).

As perspectivas são condições de desempenho para que uma instituição pública alcance os resultados esperados, realizando assim, a sua função social. Segundo Kaplan e Norton (2001), a perspectiva financeira para o órgão público não é o objetivo final, mas sim um meio para cumprir sua função social. Sendo assim, no setor público, a perspectiva financeira é deslocada do topo para a base do BSC, vinculando-a ao melhoramento da gestão e às dimensões de avaliação de desempenho.

Portanto, a ideia não é começar do zero, o modelo básico do BSC exige a observância de algumas premissas, tais como: a base da aplicação deve estar nos conceitos de planejamento, de controle e de estratégia; refletir as diretrizes institucionais já existentes (crítica e adaptação) e a relação entre as ações; as dimensões gerenciais para a gestão pública necessita de adaptações, incorporando os devidos desdobramentos e transformações das dimensões

estratégicas originais; e cada instituição deve adequar o modelo e traduzi-lo em sistemas corporativos de acordo à sua realidade e necessidades gerenciais (GIACOBBO,1997). Logo, os atores envolvidos na gestão pública deverão participar do planejamento e, conseqüentemente exercer a função estabelecida em cada perspectiva, visando um serviço público com qualidade para a população.

4 CONCLUSÃO

O patrimônio cultural material de Icó, tombado nacionalmente, é um elemento de atratividade para o mercado turístico. Como o objeto desta pesquisa foi realizar um diagnóstico do turismo cultural em Icó, foi identificado nos materiais (documentos), especificamente, o Plano Plurianual- PPA, as estratégias voltadas ao fomento do turismo cultural e como essas ações se efetivam na prática. Assim, foi sendo identificada a necessidade de ampliar e buscar melhorias em que pese a potencialidade do turismo cultural. Bem verdade que muitas ações já foram realizadas através de parcerias com programas e projetos, porém, o setor privado ainda não participa efetivamente, visto que muitas ações são descritas no PPA referente a articulação junto a este setor.

No que tange ao plano de ação para potencializar o segmento turístico cultural de Icó, a sugestão é a implementação do BSC no município de Icó, uma ferramenta de gestão que tem aplicabilidade no processo gerencial e pode contribuir significativamente para criação de uma cultura de medição e avaliação do desempenho no serviço público. Durante o estudo, foi possível observar que os indicadores favorecem a gestão do turismo e do patrimônio cultural no sentido de abranger informações que possibilitam a compreensão dos fatos, resultando na orientação das ações. Assim, o indicador do mesmo modo contribui para a sustentabilidade.

Todavia, para trabalhar com essa ferramenta é fundamental acesso aos dados e fonte, entendido como uma dificuldade para a elaboração do trabalho, ainda por cima, há a transição natural do mandato de prefeitos e as contratações dos agentes públicos comissionados apoiado na livre nomeação e exoneração, que comumente se apresenta no setor público, tal rotatividade dificulta também a formalidade referente a missão e a visão em um órgão público. Evidenciando a rotatividade na administração pública, o BSC pode possibilitar as futuras gestões acesso quanto ao desempenho da administração, colaborando assim para a existência de um diagnóstico mais confiável quanto aos desafios e oportunidades para gestão. Dessa forma, a partir dos pilares estratégicos, objetivos, indicadores e metas que constitui o BSC, ela se apresenta uma ferramenta de comunicação que tem como base a participação, colaboração e transparência. Como o propósito da administração pública atender às necessidades da

sociedade, é recomendável otimizar os recursos disponíveis por meio do aumento da eficiência, melhorando a qualidade do gasto público, reduzindo custos, evitando o desperdício e ampliando a produtividade na prestação de serviços públicos. Pois diante de um período de grandes mutações no cenário global, é relevante o alinhamento e a conexão de todos os envolvidos na gestão pública, pois o sucesso exige que a estratégia se transforme em tarefa cotidiana de todos os envolvidos na gestão dos recursos públicos mais eficazes, acarretando em melhor produtividade e excelência nos resultados atendendo às necessidades dos cidadãos.

No que tange ao fomento e ao desenvolvimento sustentável local, foi observado ações que enfatizam a preservação do patrimônio cultural local e a busca constante de parcerias a exemplo com o Sistema “S”: SESC, SENAC, SENAI E SEBRAE, e outras ações visando fortalecer as atividades turísticas. Importante referenciar que existem iniciativas da própria população em relação ao uso, valorização, divulgação e promoção com o patrimônio cultural, demonstrando assim o seu valor identitário, bem como as potencialidades para o desenvolvimento local por meio do turismo cultural.

Assim, o trabalho busca contribuir para que a gestão compreenda cada dia mais a importância do Patrimônio Histórico Cultural do município de Icó, como precursor para o incentivo do desenvolvimento sustentável. Sendo assim, os mesmos poderão alinhar de forma mais eficiente e sustentável as tomadas de decisões quanto às políticas públicas. Portanto, o trabalho apresentado também busca contribuir como fonte de pesquisa para o conhecimento e que possa colaborar com as novas possibilidades de leitura.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Adjayne Lino pela elaboração do mapa de localização; ao geógrafo Tiago Carvalho pelo mapa do sítio histórico de Icó, ao sr. Cláudio Pereira, coordenador de Cultura e Turismo de Icó, ao sr. Renan Moreira da Costa, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico, Cultural e Turismo de Icó, e ao professor Ariston Gledson (Biro-Biro), pela cessão de documentos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Josivan Leite et al. Indicadores de sustentabilidade para o gerenciamento de projetos complexos: uma revisão da literatura. 2019. Disponível em: <https://engemasp.submissao.com.br/21/anais/arquivos/97.pdf> Acesso: 12 fev.2023.

ARAÚJO, M. Resultados do Projeto de Modelo de Gestão Estratégica da Embrapa, Baseado no Método Balanced Scorecard. **Anais...** V Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Santo Domingo, República Dominicana, 24-27 Oct. 2000.

ÁVILA, M.A. Política e Planejamento em Turismo Cultural: conceitos, tendências e desafios. In: CAMARGO, P. e CRUZ, G. **Turismo Cultural: Estratégias, Sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: Editus, 2009. p. 109-124.

BARBER, NA, KIM, Y.H.; BARTH, S. A importância da reciclagem para o festival dos EUA visitantes: um estudo preliminar. **Journal of Hospitality Marketing & Management**, 23 (6), 601-625, 2014. <https://doi.org/10.1080/19368623.2014.844661> Acesso em: 08 jan. 2023.

BARRETO, M. **Cultura e turismo**: discussões contemporâneas. São Paulo: Papirus, 2007.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus. p. 19, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico**. Coordenação-Geral de Segmentação. Brasília, 2010. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf Acesso em 26 out. 2022.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. **Conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó**: normas para preservação. Fortaleza: IPHAN, 2021.78 p. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/ptbr/assuntos/noticias/CartilhaConjuntoArquitetnicoeUrbanisticoedelVersoDigital02.pdf> Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 28 dez. 2022

BRASIL. Decreto-Lei nº 25/1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf Acesso em: 28.dez.2022.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Ministério da Cultura. **Cartas Patrimoniais**. Cadernos de documentos n. 3. Brasília, 1995. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**, 2019a. Disponível em <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home> Acesso em: 10 jul. 2021.

CAMILO, I.; BAHLE, M. Desenvolvimento do turismo baseado em elementos culturais. **Turismo e sociedade**, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/52187> Acesso em: 22 out. 2021.

CANCLINI, Néstor García. Globalizarnos o defender la identidad; Cómo salir de esta opción? **Nueva Sociedad**, v. 163, p. 56-70, 1999.

CARTA de Atenas Conferência de Atenas - 1931. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/guatemala_carta_de_atenas_1931_spa_orof.pdf Acesso em: 05. jan. 2023.

CARTA de Florença, mai. 1981, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenca%20CC%20A7a%201981.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. (a) **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009

CARVALHO, P. **Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais**, 2009. Disponível em: www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2014/91A.pdf Acesso em: 10. jan. 2023.

CHIAVENATO, I. **Administração Geral e Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNIESP, 2006.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1., 1995, Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha. Carta del Turismo Sostenible... Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha: [s.n.], 1995. p.1-5. Disponível em: <https://datosdelanzarote.lztic.com/media/item/docs/20051226123220895CartaTurismoLanzarote.pdf> Acesso em: 5 jan. 2023.

COSTA, Lucio. Prefácio. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. 355 p.

DA COSTA, Sarany Rodrigues; DE CARVALHO, Conceição de Maria Belfort; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Empreendedorismo cultural e turismo: perspectivas para desenvolvimento das indústrias criativas no bairro da Madre Deus, São Luís (Maranhão, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 2, p. 629-646, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981.81222017000200020> Acesso em: 11 dez. 2022.

DE LA TORRE, Oscar. **El turismo**: fenómeno social. 2ed. México: 1ed. Fondo de cultura económica, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006. 258p.

ERIG, R.; ANTUNES JUNIOR, J. A. V.; RAIMUNDINI, S. L. Balanced Scorecard na Administração Pública Municipal: um estudo de caso na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 1, n. 2, p. 151-174, 2009.

EKMEKÇI, Y. A. D. Implementing of Balanced Scorecard: Sample of Turkish Republic Ministry of Youth and Sport. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 150, p. 754–761, 2014.

FERREIRA, A. A.; REIS, A. C.; PEREIRA, M. I. **Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendência da moderna administração de empresas**. São Paulo: Pioneira. 1997.

FERNANDES, A. G. **Balanced Scorecard aplicado à Administração Pública: uma proposta de planejamento Estratégico para o Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras**. [S.l.]: Universidade Federal de Lavras, 2013.

FONSECA, M. A. P.; TODESCO, C.; SILVA, R. C. **A interiorização do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <https://www.letracapital.com.br/produto/a-interiorizacao-do-turismo-no-brasil/> Acesso: 04 jan. 2023.

FUNARI, P. P. A.; PINSKY, J. **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2006.

GHELMAN, S.; COSTA, S. R. R. Adaptando o BSC para o setor público utilizando os conceitos de efetividade, eficácia e eficiência. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 33, 2006, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: UNESP, 2006.

GIACOBBO, Mauro. O desafio da implementação do planejamento estratégico nas organizações públicas. *Revista TCU*. Brasília, v. 28, n. 74, out./ dez., p. 73-107, 1997.

GUIMARÃES, T. O; MOURA-FÉ, M. M.; ALMEIDA, R. R. Geopatrimônio: por quê? Para quê? Para quem? **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n.52, p.332-362, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21358/14688> Acesso em 12 dez. 2022.

GIANNECCHINI, A. C. **O IPHAN e o Programa Monumenta: lições para a gestão do patrimônio cultural**. 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10910/1/IphanProgramaMonumenta_cap08.pdf Acesso em: 04 jan. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-016-5cap8>

GREILING, D.; GREILING, D. Balanced scorecard implementation in German non-profit organisations. *International Journal of Productivity and Performance Management*, v. 59, n. 6, p. 534-554, 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/17410401011063939/full/html> Acesso em: 12. jan. 2023.

HAMMERSCHMID, G. et al. New Public Management reforms in Europe and their effects: findings from a 20-country top executive survey. **International Review of Administrative Scien** v. 85, n. 3, 2019.

HANAI, F. Y. Indicadores de sustentabilidade: conceitos, tipologias e aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico local. **Revista de Gestão Social e Ambiental** - RGSA, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 135-149, set./dez. 2011.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Organização do território – malhas territoriais**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-doterritorio/malhas-territoriais/15774malhas.html?=&t=downloads> Acesso em: 02 mai. 2022.

ICÓ (Ceará). Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo. **Utilização e Preservação dos Prédios Históricos Icó**. Documento Interno 001/2022. 07. dez. 2022 Icó-Ceará.

ICÓ (Ceará). Lei de responsabilidade fiscal. **Lei nº 1.093/2021**. Plano Plurianual Participativo (2022- 2025). Disponível: <https://www.ico.ce.gov.br/lrf.php?id=1478> Acesso em: 03 jan. 2023.

ICÓ, Lei Orgânica do Município. **Lei nº 867, de 21 de agosto de 2013**. Disponível em: https://www.ico.ce.gov.br/arquivos/101/PCG%20PRESTACAO%20DE%20CONTA%20DE%20GOVERNO_ANUAL_2014_0000028.pdf Acesso em: 10 jul. 2021.

ICÓ, Patrimônios de Destaques mais visitados. Secretária Municipal do Desenvolvimento Econômico, Cultura e Turismo (SECULTICÓ). Icó, 2023.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. International cultural tourism charter: managing tourism at places of heritage significance. Paris: ICOMOS, 1999. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/INTERNATIONAL_CULTURAL_TOURISM_CHARTER.pdf Acesso em: 04 jan. 2023.

IPHAN. **Recomendações Paris de Obras Públicas e Privadas** 19 de novembro de 1968. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf> Acesso 29 dez. 2022.

IPHAN. Declaração de Amsterdã de outubro de 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf> Acesso em: 04 jan. 2023

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Atlas**. 2018. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/> Acesso em: 04 mai. 2022.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Limites municipais**. 2021. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/limites-municipais/> Acesso em: 04 fev. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População. 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ico/panorama> Acesso em: 27 out. 2022.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. **Organização Orientada para a Estratégia**: Como as empresas que adotam o BALANCED SCORECARD prosperam no novo ambiente de negócio. 2a. edição, Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. p. 411.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. **Organização Orientada para a Estratégia**. Tradução de Luiz Euclides T. F. Filho. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. **A Estratégia em ação**: Balanced Scorecard. 8a. edição, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 343.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. **Mapas Estratégicos: Convertendo Ativos Intangíveis em Resultados Tangíveis**. Tradução de Afonso C. da C. Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

KÖHLER, A. F. As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 9, n. 2, p. 138-163, 2019.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2005. 600 p

LIMA, E. M. B., SILVA; M. J.; ARAÚJO, M.; CUNHA, C. P. Balanced Scorecard (BSC) – uma visão metodológica para o acompanhamento de sua implementação. **Revista do Serviço Público**. Ano 54, número 3, Jul-Set, 2003.

LIMA, T. F.; ÁVILA, M. A.; QUEIROZ, L. M. **Turismo e Patrimônio**: reflexões sobre sustentabilidade e inclusão de pessoas com necessidades especiais nas atividades de lazer. VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - 02 e 04 de outubro de 2011 – UNIVALI– Balneário Camboriú/SC.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: LUCHIARI, M. T. D. P.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (Org). **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papirus, 2007.

MINTZBERG, H. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Bookmann: Porto Alegre, 2004.

MOLINA, E. S. **Planificación integral del turismo**: um enfoque para latinoamérica. México: Trillas, 2005.

MONTEJANO, J. M. **Estrutura do mercado turístico**. 2 ed. São Paulo: ROCA, 2001.

NIVEN, P. R. **Balanced Scorecard Step-byStep**: Maximizing Performance and Maintaining Results. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2002.

NÓBREGA, W. R. M. et al. **Turismo em foco**. 2013. Disponível em: http://www.naea.ufpa.br/images/Livros/Turismo_em_foco.pdf Acesso em: 04. jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. La OMT y la UNESCO: **turismo y cultura para impulsar los ODS**. (Press Release n17129. 04 dezembro 2017). Disponível em: <https://www.unwto.org/es/archive/press-release/2017-12-05/la-omt-y-la-unesco-turismo-y-cultura-para-impulsar-los-ods>. Acesso em: 26.out. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> . Acesso em: 27. out. 2022.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Relatório da ONU coloca Portugal entre os 30 países mais sustentáveis do mundo**. 12 de setembro de 2019. Disponível em: <https://observador.pt/2019/09/11/relatorio-da-onu-coloca-portugal-entre-os-30-paises-mais-sustentaveis-do-mundo/> Acesso: em: 27.out. 2022.

PAES, M. T. D. Apresentação e introdução. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 13-32.

PEREIRA, A. J. L. **Icó/CE, a cidade e o patrimônio cultural**: da trajetória do tombamento às estratégias de mediação em educação. Dissertação- Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Regional do Cariri. Crato, 2021.

PRADA-TRIGO, J. et al. El turista cultural: tipologías y análisis de las valoraciones del destino a partir del caso de estudio de Cuenca-Ecuador. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 16, n. 1, p. 55-72, 2018.

PRATS, L. **El concepto de patrimônio cultural**. Política y Sociedad, n. 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/898-3837-1-PB.pdf> Acesso em: 21 dez. 2022.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de antropología social**, v. 21, p. 17-35, 2005.

RAMOS, D. M.; COSTA, C. M. Turismo: tendências de evolução. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 10, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2017.

RAMOS, S. P. Desafios do planejamento e desenvolvimento do turismo cultural em centros históricos tombados: o caso de Penedo-Alagoas. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180075> Acesso em: 04 jan. 2022

ROBINSON, M.; SMITH, M. Politics, Power and Play: The Shifting Contexts of Cultural Tourism. In: SMITH, M.; ROBINSON, M. (eds). **Cultural Tourism in a Changing World - Politics, Participation and (Re)presentation**. Toronto: Channel View Publications, 2015. p. 1-18.

RODRIGUES, B. H. R. DIREITO, PATRIMÓNIO E TURISMO CULTURAL. **Tourism and Hospitality International Journal**, v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <http://thijournal.isce.pt/index.php/THIJ/article/view/219> Acesso em 27.dez.2022.

SALGUEIRO, V. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

TOFANI, Frederico de Paula; BRUSADIN, Leandro Benedini. A arquitetura vernácula enquanto patrimônio cultural: contribuições para sua preservação e uso sustentável. In: **2º Seminário Arquitetura Vernácula**, 2020, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/2arqvernacula/>>. Acesso em: 27/01/2023.

WILSON, C.; HAGARTY, D.; GAUTHIER, J. Results using the balanced scorecard in the public sector Results using the balanced scorecard in the public sector. **Journal of Corporate Real Estate**, v. 6, n. 1, p. 53-64, 2006.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix-Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010.

VOGT, O. P. **Métis**: História, memória institucional e gestão patrimonial. **História & Cultura** – v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008. Acesso em: 23 out. 2022

Link para acesso as fotos: https://drive.google.com/drive/folders/1oYiro1AABDYjUebHNM-ELw_21AMNMt0f?usp=share_link

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural material constitui-se como um objeto de memória que guarda a história de uma sociedade. É importante considerar a valorização do patrimônio como uma das formas de se afirmar uma identidade, sendo que a materialidade atingida por esse patrimônio representa os vestígios do passado e constitui a memória de cada indivíduo ou do coletivo.

O estímulo à conscientização sobre a necessidade de preservação e manutenção do conjunto arquitetônico de Icó como potencial para o desenvolvimento do turismo cultural é notadamente relevante, e tem capacidade de promover cada vez mais a valorização da cultura local. Neste sentido, este trabalho descreveu pontos importantes a serem apontados na realidade do município de Icó-CE. Assim deve-se pontuar que este manuscrito tem a finalidade de mostrar a importância do patrimônio cultural material como símbolo identitário na cidade de Icó, e faz parte do processo de construção da identidade da comunidade local, conservando um conjunto de elementos de relevância histórica e cultural, e se apresenta como potencialidade para turismo cultural.

Ressalte-se que, esta dissertação não visa apontar falhas ou erros referente às estratégias da gestão pública. Ao contrário, pretende estimular novas pesquisas, uma vez que é notório a necessidade de avanço significativo na busca do desenvolvimento do turismo cultural no viés da sustentabilidade patrimonial, e por meio deste conhecimento buscar compreender como as estratégias e ações estão sendo realizadas até o momento presente. Esse trabalho também norteia para que o planejamento referente às políticas voltadas ao fomento do turismo seja um processo contínuo e dialógico com a sociedade, e que possa contribuir com o debate sobre o legado a deixar às próximas gerações.

Desse modo, acredita-se que o objetivo proposto neste trabalho em analisar o turismo cultural do município de Icó/CE, com ênfase na construção, resistência e sustentabilidade do seu patrimônio cultural material, como forma de fomento do desenvolvimento regional sustentável, foi alcançado. O resultado deste feito pode ser endossado ao formato empreendido na pesquisa, que propiciou maior detalhamento sobre vários aspectos que envolve os objetos em estudo. Foram produzidos dois artigos que se desdobraram dos objetivos específicos do trabalho, revelando perspectivas diferentes e complementares sobre o turismo cultural e o patrimônio material cultural.

No primeiro artigo discutiu-se sobre os processos e o contexto socioeconômico das edificações, quanto a permanência e manutenção do patrimônio cultural material do

município de Icó/CE, para o desenvolvimento regional sustentável. Infere-se deste trabalho que o sítio tombado do município de Icó tem no patrimônio cultural material um elemento de atratividade para o mercado turístico, essa afirmação é alicerçada com base no que se pode identificar a partir da análise documental. Observou-se que o turismo cultural vinculado ao patrimônio cultural material se apresenta com potencialidades para promoção do desenvolvimento, cabendo aos gestores públicos e agentes turísticos, oportunidades de práticas de responsabilidade para garantia da preservação e conservação das edificações do patrimônio cultural material. É notória a necessidade de se pensar e discutir as formas de continuidade de preservação deste patrimônio que faz o elo passado e presente, que abarque os valores envolvidos, pois, para compreender estes espaços é necessário o “conhecimento, tanto ou mais do que de sua materialidade, das práticas que abriga, dos valores, sentidos e concepções que concretiza, e dos saberes, símbolos e linguagens adotados para tanto” (Tofani e Brusadin, 2020, p.8).

O segundo artigo discutiu sobre o turismo cultural em Icó e a realização de um diagnóstico propondo um plano de ação para potencializar o segmento turístico, tendo em vista fomentar o desenvolvimento sustentável local. A realização deste diagnóstico fomentou outra discussão importante acerca das políticas públicas, revelou que é possível desenvolver ações que possam contribuir na construção de estratégias sustentáveis de uso do patrimônio cultural material de Icó, a utilização de uma ferramenta de gestão pode contribuir significativamente para criação de uma cultura de medição e avaliação do desempenho no serviço público, assim, possibilita a compreensão dos fatos, e resulta na orientação das ações sendo capaz de contribuir para a sustentabilidade.

As políticas, ações e intervenções promovidas pelo poder público, iniciativa privada e sociedade civil observadas ao longo da construção deste estudo tem contribuído parcialmente para fomento da prática turística no centro histórico de Icó. Notou-se que esse debate ainda se mantém nas reuniões e nos documentos deliberados da mesma, em outras palavras, significa dizer que existem ações sendo desenvolvidas, porém necessita não somente elaboração de um planejamento turístico que integre projetos voltados para o patrimônio cultural, mas que a teoria saia à prática, assim, ela ganha outros sentidos e outros olhares. Assim, com a continuidade dessa prática de forma mais objetiva possa desenvolver atividades que contemplem de fato o turista, beneficie os moradores e comerciantes e permita a conservação dos elementos, visto que existe uma demanda turística que frequenta os espaços do centro histórico.

Contudo, o desenvolvimento de cada artigo foi também marcado por desafios. A princípio mostrar a importância da pesquisa científica e dos resultados que dela podem ser colhidos; o acesso a alguns documentos que acontecia de uma forma lenta dentre outras que se apresentaram no caminho. Embora sejam considerados como desafios da pesquisa, por outro lado, foram fator motivador para busca dos resultados, a qual a pesquisa se propôs a analisar. Assim, pode contribuir no desenvolvimento de novos estudos que subsidiem o turismo cultural no município de Icó-Ceará a partir do patrimônio cultural material, ou até mesmo uma leitura que promova o conhecimento cultural, econômico e religioso em torno da cidade.

Entende-se que conservar este patrimônio é um passo imprescindível, pois através das políticas públicas, seja possível reduzir os impactos negativos gerados e, com medidas preventivas e de correção, potencializar os benefícios; fundamentos essenciais para se pensar a sustentabilidade do turismo cultural em Icó, baseado no patrimônio cultural material. Por fim, o patrimônio da cidade de Icó precisa aliar-se ao turismo cultural que apresenta potencialidades para promoção do desenvolvimento do município. Acredita-se que a proposta deste trabalho tenha contribuído como instrumento norteador para esta caminhada e que contribuirá com novas pesquisas.

APÊNDICES

Patrimônios de destaque mais visitados - Igrejas

**Igreja Matriz da Nossa Senhora da Expectação-
(1709)**



Igreja N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos (1763)



Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte (1819)



Santuário do Senhor do Bonfim (1749)

Fotos: Maria Waldilene Sousa Cavalcante (Jan/2023)

Patrimônios de destaque mais visitados



Sobrado Dona Glória Dias



Sobrado do Barão do Crato- Séc. XIX



Teatro Ribeira dos Icós- (1860)



Casa de Cultura Mariinha Graça-Séc.XIX



Mercado Público de Icó (1874)



Sobrado do Canela Preta

Fotos: Maria Waldilene Sousa Cavalcante (Jan/2023).

Patrimônios de destaque mais visitados



Antiga rua dos escravos



Antiga Rua da Corte- Séc. XIX



Tamarineiras (1843)



Solar dos Anteros- Séc. XIX



Antiga Casa de Câmara e Cadeia- (1745-1780)



Palácio da Alforria - Séc. XIX

Fotos: Maria Waldilene Sousa Cavalcante (Jan/2023).